

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 036/2024
Data: 30/04/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PORT COMMUNITY SYSTEM E OS DESAFIOS PARA AVANÇAR.....	4
ÁREA PORTUÁRIA DE SANTOS CONCENTRA 14 MIL POMBOS.....	5
PREFEITURA INVESTIRÁ R\$ 10 MILHÕES EM DRAGAGEM NO PORTO DE ITAJAÍ.....	7
ESTADO TERÁ PROJETO-PILOTO DO PCS EM SÃO SEBASTIÃO.....	7
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	8
SECRETÁRIO DA FAZENDA: DESAFIO EM 2024 SERÁ CRIAR POUPANÇA PARA PE.....	8
NEOENERGIA PE ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 5,1 BILHÕES.....	11
GOVERNO FEDERAL INICIA LICITAÇÃO DO TRECHO PERNAMBUCANO DA TRANSNORDESTINA.....	13
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	14
MPOR ASSINA PLANO PARA IMPLEMENTAR MEDIDAS DE ACOLHIMENTO PARA PASSAGEIROS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO SETOR AÉREO.....	14
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	15
EDITORIAL – TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO TRANSPORTE MARÍTIMO.....	15
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	16
<i>Caso Joca 1</i>	16
<i>Caso Joca 2</i>	16
<i>Caso Joca 3</i>	16
<i>Voo Brasil-China 1</i>	17
<i>Voo Brasil-China 2</i>	17
SUSTENTABILIDADE - BNDES QUER INVESTIR R\$ 5 BI PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO MAR.....	17
NACIONAL - GOVERNO FEZ “O CERTO” SOBRE DESONERAÇÃO E PRETENDE APROVAR O PERSE, DIZ PADILHA.....	18
NACIONAL - CONAB ALERTA PARA AUMENTO DO PREÇO DO ÁLCOOL COM QUEBRA DA SAFRA.....	19
REGIÃO NORDESTE - RN E PETROBRAS ASSINAM PRÉ-ACORDO PARA PROJETO DE EÓLICA OFFSHORE.....	20
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI É O PRINCIPAL EXPORTADOR DE MILHO DO MATOPIBA.....	21
REGIÃO SUL - GOVERNOS DE SC E DO JAPÃO SE REÚNEM PARA AMPLIAR RELAÇÕES COMERCIAIS.....	22
REGIÃO SUDESTE - NEBLINA FECHA O CANAL DO PORTO DE SANTOS POR 2 HORAS.....	23
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	24
CARGILL VÊ 2º SEMESTRE MOVIMENTADO NA EXPORTAÇÃO DE GRÃOS DO BRASIL APÓS LUCRO RECORDE.....	24
RUMO LANÇA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2023.....	25
STOLTHAVEN SANTOS RECEBE PRÊMIO DOW DE EXCELÊNCIA OPERACIONAL PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO.....	27
GOVERNO DE SP ANUNCIA PACOTE DE INVESTIMENTOS DE R\$ 1,4 BI PARA O AGRONEGÓCIO.....	27
BALANÇA COMERCIAL REGISTRA SUPERÁVIT DE US\$ 1,078 BI NA 4º SEMANA DE ABRIL.....	29
VLI INAUGURA NOVO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL NO TERMINAL PORTUÁRIO SÃO LUÍS (TPSL).....	30
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS.....	31
HIDROGÊNIO VERDE JÁ COMPETE COM O CINZA, DIZ CEO DA WHITE MARTINS.....	31
PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA PETROBRAS CAI 5,4% NO 1º TRIMESTRE.....	34
JORNAL O GLOBO – RJ.....	36
MERCADO DE TRABALHO DEVE CONTINUAR FAVORÁVEL, MAS GERANDO EMPREGOS POUCOS QUALIFICADOS, DIZ ECONOMISTA.....	36
G20 NO BRASIL DEBATE RISCOS E OPORTUNIDADES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM 'LIVE'.....	36
HADDAD AFIRMA QUE APROVAÇÃO DO PERSE MOSTRA CAPACIDADE DE ENTENDIMENTO ENTRE LEGISLATIVO E EXECUTIVO.....	37
MINISTRO USA PRONUNCIAMENTO DE 1º DE MAIO NA TV PARA EXALTAR DADOS DE GERAÇÃO DE EMPREGO.....	39
PERSE EXCLUI TRANSPORTES, MUSEUS E ALBERGUES; VEJA SETORES QUE PERDERAM E OS QUE FICARAM COM BENEFÍCIO.....	39
SENADO APROVA PROJETO PARA ESTIMULAR MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA.....	41
PERSE: SENADO PRORROGA BENEFÍCIO A SETOR DE EVENTOS AO CUSTO DE R\$ 15 BI ATÉ 2026; TEXTO VAI PARA SANÇÃO DE LULA.....	41
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	43
SENADO APROVA PROJETO DO PERSE APÓS RELATORA CEDER À FAZENDA E RETIRAR CORREÇÃO PELA INFLAÇÃO.....	43
EDGE GROUP, GIGANTE DO SETOR MILITAR DOS EMIRADOS ÁRABES, COMPRA SEGUNDA EMPRESA NO BRASIL.....	45
HADDAD DIZ QUE DEVE SE REUNIR COM SETORES E MUNICÍPIOS AFETADOS PELA DESONERAÇÃO.....	47
QUEM É O CORONEL QUE CONQUISTOU TARCÍSIO, GANHOU PODER E HOJE CONTROLA A AGENDA DO GOVERNADOR DE SP.....	48



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 036/2024
Página 3 de 57
Data: 30/04/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

VALOR ECONÔMICO (SP).....	50
GOVERNO INVESTIGA DUMPING EM EXPORTAÇÕES CHINESAS PARA O BRASIL DE PIGMENTOS DE DIÓXIDO DE TITÂNIO	50
ESG DÁ ASAS PARA QUEM SABE, E PRECISA, VOAR	51
LULA DEVE ANUNCIAR R\$ 18 BI EM INVESTIMENTOS EM 5 ÁREAS DO NOVO PAC.....	53
SUSPENSÃO DA DESONERAÇÃO CRIOU 'LIMBO JURÍDICO' PARA EMPRESAS.....	54
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	55
DINO ANTUNES É OFICIALIZADO SECRETÁRIO NACIONAL DE HIDROVIAS E NAVEGAÇÃO.....	55
BR DO MAR DEVE PRIORIZAR AFRETAMENTO DE 'EMBARCAÇÕES VERDES'	55
PETROBRAS AVALIA PROJETO PARA EXPORTAÇÃO DE 'METANOL VERDE' PARA NAVIOS	56
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	57
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	57



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORT COMMUNITY SYSTEM E OS DESAFIOS PARA AVANÇAR

Projeto depende, essencialmente, da disposição da comunidade portuária em colaborar e adaptar suas práticas comerciais

Por: Roberto Paveck



Foto: Matheus Tagé/Arquivo AT

Recentemente, uma reportagem do Jornal A Tribuna, intitulada “Port Community System ainda avança lentamente nos portos brasileiros”, ressaltou os desafios e a lentidão enfrentados pelo projeto no País. Embora reconhecido como um marco para o desenvolvimento portuário, o Port Community System (PCS) ainda enfrenta obstáculos significativos em sua adoção. Diante do tempo e dos recursos empreendidos, torna-se essencial compreender a verdadeira complexidade do PCS e,

principalmente, como encontrar maneiras de avançar.

Conceitualmente, um Port Community System pode ser descrito como uma plataforma eletrônica neutra e aberta que facilita o intercâmbio de informações entre as partes interessadas, sejam elas públicas ou privadas. O principal propósito de um PCS é otimizar custos e tempo. Por exemplo, uma pesquisa realizada em 2009, pela Universidade de Rijeka, na Croácia, evidenciou que a adoção do PCS por uma comunidade portuária resultou em economias de até 39% no fluxo de documentos, afetando a lucratividade de toda a comunidade.

Contudo, apesar dos benefícios, o PCS é um projeto diferente de outras iniciativas tecnológicas. Para começar, sua implementação não pode ser simplesmente imposta, pois, em sua essência, o PCS representa uma forma de inovação colaborativa. Portanto, esse é um projeto que depende, essencialmente, da disposição da comunidade portuária em colaborar e adaptar suas práticas comerciais estabelecidas a um novo modelo.

De forma prática, desenvolver um PCS demanda uma compreensão profunda das atividades dos diversos entes que atuam no porto, além da reestruturação dos procedimentos existentes. Está é uma tarefa que requer um esforço considerável. Primeiramente, porque uma comunidade portuária representa um ecossistema complexo, composto por diversos atores, cujos interesses nem sempre estão alinhados. Em segundo lugar, é altamente provável que cada entidade tenha desenvolvido seus sistemas e processos, sem considerar a possibilidade de integração futura.

Por isso, o principal desafio do PCS é fomentar a cooperação entre as organizações que atuam numa comunidade portuária. Entidades, que muitas vezes são concorrentes no mercado e que, frequentemente, relutam em investir em iniciativas que envolvam a participação externa. Nesse contexto, a experiência internacional evidencia que os esforços devem estar direcionados, inicialmente, para um projeto de convencimento.

Nessa perspectiva, apesar dos argumentos robustos a favor do PCS, será necessário realizar estudos detalhados para identificar os investimentos necessários, integrações requeridas e, principalmente, os benefícios para cada entidade envolvida. Além disso, o envolvimento ativo do governo e das autoridades portuárias na definição de um propósito comum, bem como, na criação de um ambiente imparcial, será fundamental para o sucesso do projeto.

Por fim, é preciso compreender a real complexidade do Port Community System, um empreendimento multidisciplinar, de longo prazo e que não tem espaço para atalhos. Esse entendimento permitirá direcionar a atenção do “quando” para o “como”, promovendo uma abordagem mais pragmática do PCS. Reconhecer essa realidade será essencial para avançar, pois, apesar dos desafios, o PCS permanece como uma das melhores apostas para alcançar a prosperidade coletiva.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*
Data: 30/04/2024

ÁREA PORTUÁRIA DE SANTOS CONCENTRA 14 MIL POMBOS

Números fazem parte do resultado de estudos contratados pela Autoridade Portuária de Santos

Por: *Bárbara Farias*



A empresa avaliou quais são as principais áreas utilizadas pelas aves para pouso, alimentação, abrigo e construção de ninhos, além de identificar os principais focos atrativos Foto: *Alexsander Ferraz/ AT*

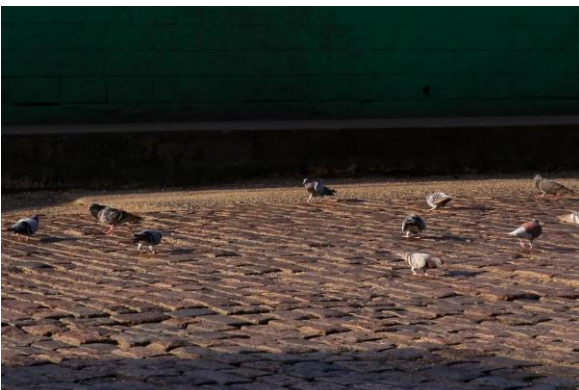
Um estudo detectou população de aproximadamente 14 mil pombos domésticos (*Columba livia*) na Margem Direita do Porto de Santos, com maior incidência na região que concentra os terminais de grãos, na Ponta da Praia, Outeirinhos e Macuco.

O diagnóstico populacional foi realizado pela empresa Raiz – Consultoria Hídrica e Ambiental, contratada para fazer o mapeamento em áreas públicas e arrendadas. Limpeza de trilhos e caminhões e evitar poças de água estão entre as principais orientações da companhia. A Autoridade Portuária de Santos (APS) apresentou a pesquisa aos terminais no último dia 18 e um mais um estudo será realizado no segundo semestre.

“A pesquisa identificou cerca de 14 mil pombos. Evidentemente, com maior incidência em locais que têm grãos, como Ponta da Praia, Outeirinhos e Macuco. As empresas onde foram verificados problemas já foram notificadas para providenciarem as soluções”, informou a APS.

A gestora do complexo portuário santista destacou que “no geral, o Porto é bem protegido em relação a ação dos pombos. As instalações têm telas e espícula, que é como um espinho colocado nos beirais para as aves não entrarem. Os problemas identificados são os de manutenção em locais que estão quebrados, falhados, e os pombos fazem a nidificação (constroem ninhos) ali”.

Ainda de acordo com a administração portuária, a Raiz Ambiental orientou que é necessário cortar as fontes de alimentação e de água dos pombos. “A empresa deu orientações com relação à limpeza dos trilhos por causa dos grãos que caem dos vagões, com relação à limpeza dos caminhões e a verificação de pontos onde ocorrem empoçamento de água, porque os pombos utilizam como bebedouro e para fazer a higiene”.



Segundo a Autoridade Portuária, este é o primeiro de dez estudos que serão realizados a cada seis meses nos próximos cinco anos, conforme estabelecido no contrato celebrado em 3 de outubro de 2023, no valor global de R\$ 365,7 mil. “Nós teremos uma nova campanha de pesquisa no segundo semestre”, adiantou.

Pombos domésticos são hospedeiros de agentes causadores de doenças, representando risco à saúde Foto: *Alexsander Ferraz/AT*



O serviço

A empresa fez a contagem das aves e avaliou quais são as principais áreas utilizadas por elas para pouso, alimentação, abrigo e construção de ninhos, além de identificar os principais focos atrativos dos pombos.

Para a coleta de dados, a equipe técnica de campo (um especialista em estudo ambiental, um auxiliar de campo e um operador de drone) utilizou câmeras fotográficas, binóculos, drones e dispositivos de geolocalização.

Para a realização do diagnóstico, a área do Porto Organizado foi dividida em quadrantes, abrangendo áreas públicas e arrendadas.

Procurada, a Raiz Ambiental disse apenas que não poderia fornecer nenhuma informação sobre o serviço prestado em cumprimento à Lei Federal 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Doenças

Segundo a APS, os pombos domésticos são hospedeiros de diversos agentes causadores de doenças, representando risco à saúde da população. Além disso, os dejetos dessas aves podem entupir calhas, danificar instalações e contaminar mercadorias movimentadas no Porto.

Programa

O mapeamento contratado está relacionado ao Programa de Monitoramento e Controle de Fauna Sinantrópica Nociva, condicionante da licença ambiental do Porto de Santos. O programa visa controle e monitoramento de animais que interagem de forma negativa com a população humana, causando riscos à saúde pública e transtornos de ordem econômica ou ambiental.

O programa possui cinco subprogramas: controle de pombos; controle de roedores; controle de culicídeos; controle e vigilância de outros vetores e animais peçonhentos; e controle de animais domésticos.

Soluções

"A empresa deu orientações com relação à limpeza dos trilhos por causa dos grãos que caem dos vagões, à limpeza dos caminhões e a verificação de pontos onde ocorrem empoçamento de água, porque os pombos utilizam como bebedouro e para fazer a higiene"

Autoridade Portuária de Santos, em nota para A Tribuna

Etapas

Segundo a Autoridade Portuária de Santos (APS), esse é o primeiro de dez estudos que serão realizados a cada seis meses, nos próximos cinco anos, conforme estabelecido no contrato celebrado em 3 de outubro de 2023, com a Raiz Ambiental, no valor global de aproximadamente R\$ 365,7 mil.

Uma nova campanha de pesquisa será feita no segundo semestre deste ano. Procurada, a Raiz Ambiental não deu informações sobre o serviço prestado para o poder público e justificou que cumpria a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/04/2024

PREFEITURA INVESTIRÁ R\$ 10 MILHÕES EM DRAGAGEM NO PORTO DE ITAJAÍ

Recursos serão usados na dragagem do canal de acesso ao complexo portuário

Por: ATribuna.com.br



Foto: Porto de Itajaí/ Divulgação

A Câmara Municipal de Itajaí, em Santa Catarina, aprovou em única discussão, na semana passada, o Projeto de Lei Ordinária 60/2024, enviado pela Prefeitura, que autoriza o prefeito Volnei José Morastoni (MDB) a abrir crédito adicional complementar de até R\$ 10 milhões para a Superintendência do Porto de Itajaí, autarquia municipal que faz a gestão portuária. O projeto foi encaminhado para a sanção do prefeito.

Os recursos serão investidos na manutenção do acesso aquaviário, ou seja, na dragagem do canal de acesso ao complexo portuário de Itajaí.

De onde vem

O dinheiro será remanejado do orçamento de outras autarquias, fundações e secretarias municipais. O valor será repassado ao Porto em duas parcelas, em abril e maio. O Município diz que a verba garante a continuidade dos serviços no Porto e que pleiteia, junto ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o repasse de R\$ 25 milhões para dar sequência aos trabalhos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/04/2024

ESTADO TERÁ PROJETO-PILOTO DO PCS EM SÃO SEBASTIÃO

Porto do Litoral Norte será o primeiro do Brasil a operar com a tecnologia até 2026

Por: ATribuna.com.br



O PCS integra informações sobre chegadas e partidas de navios, além de cargas importadas e exportadas Foto: Divulgação

O Governo Estadual informou que vai implementar um projeto-piloto de uso da tecnologia Port Community System (PCS) nas operações no Porto de São Sebastião. O Estado afirma que a adoção do sistema, prevista para até 2026, abre a oportunidade de ganhos de eficiência na logística portuária.

O PCS é uma plataforma digital que integra todos os atores envolvidos na comunidade portuária reduzindo o tempo de espera de navios e caminhões e o custo das operações de importação e exportação. O uso da plataforma digital também gera ganhos em sustentabilidade ao melhorar a gestão da cadeia logística portuária.

“O sistema traz eficiência para a cadeia logística, diminui custos operacionais e contribui para redução de emissões atmosféricas, refletindo nos princípios da sustentabilidade, que norteiam nossas ações”, afirma o subsecretário de Logística e Transportes da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), Denis Gerage Amorim.

Gestão melhor

Para Ernesto Sampaio, presidente da Companhia Docas de São Sebastião, o sistema tornará possível um rastreamento de alta qualidade das cargas no porto e melhor gestão de toda a logística portuária.

“Nossa meta é implantar o PCS até 2026. Inicialmente, envolvemos a comunidade portuária do Porto de São Sebastião para que alcancemos juntos esse objetivo. Vamos agora visitar portos da Europa, que já utilizam a tecnologia, para conhecer mais detalhadamente a plataforma, benefícios conquistados e recursos otimizados. Nosso próximo desafio é compreender melhor o sistema com as empresas desenvolvedoras”, afirma Sampaio.

O sistema digital é utilizado em portos como o de Hamburgo, na Alemanha, de Roterdã, maior da Europa, na Holanda, e o de Valência, na Espanha. O PCS integra informações sobre chegadas e partidas de navios, além de cargas importadas e exportadas. Da autoridade portuária até os armadores, despachantes e práticos, todos os envolvidos no processo estarão dentro do sistema.

O Estado explica que a Secretaria Estadual de Negócios Internacionais tem participado das discussões sobre os melhores modelos de governança do PCS junto à comunidade portuária de São Sebastião, além de iniciativas para solucionar gargalos regulatórios.

“O êxito na implantação do projeto-piloto abre a possibilidade também para o uso da plataforma nas operações do Porto de Santos, que com a adoção da tecnologia pode ter uma economia da ordem de R\$ 1 bilhão por ano, apenas no trânsito marítimo de chegada e saída de embarcações”, diz o Estado.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*
Data: 30/04/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

SECRETÁRIO DA FAZENDA: DESAFIO EM 2024 SERÁ CRIAR POUPANÇA PARA PE

Além de promover uma série de ajustes sob o ponto de vista da arrecadação, secretário Wilson José de Paula anunciou criação de instrumento que poderá fazer a Sefaz-PE dar uma nota pública aos contribuintes

Por *Patricia Raposo* patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br



Secretário estadual da Fazenda, Wilson José de Paula, concluiu os estudos para chegar aos 20,68% depois de 'diálogos intensos' com o setor produtivo e os deputados da Assembleia Legislativa. Foto: Ascom/Sefaz.

O secretário Wilson José de Paula é discreto e prefere trabalhar de forma silenciosa. E sem fazer alarde, vem promovendo uma série de ações para melhorar o ambiente de negócios e equilibrar o caixa do Estado. Seu grande desafio em 2023, à frente da Secretaria da Fazenda, foi ajustar as contas para que fechassem o ano no azul, como de fato conseguiu, apesar dos déficits financeiro e orçamentário de alguns bilhões de reais. Sob sua gestão, a Sefaz também promoveu uma série de ajustes sob o ponto de vista da arrecadação, o que ajudou a melhorar o caixa de muitas empresas.

Para 2024, ele quer ir além do equilíbrio nos balanços e planeja criar uma poupança para o Estado. Assim poderá superar a baixa capacidade de investimentos com recursos próprios. “Se analisarmos a séria histórica, as duas últimas décadas, vemos que não há cultura de poupança em Pernambuco”, disse.



Entre outras coisas, o secretário também anunciou para breve o lançamento de um novo portal, que será um mecanismo de estímulo à conformidade. Com esse instrumento, a Sefaz-PE vai dar uma nota pública aos contribuintes. Confira os detalhes nesta entrevista exclusiva ao Movimento Econômico:

Movimento Econômico: O ano de 2023 foi desafiador para a Secretaria da Fazenda. Havia débito financeiro e orçamentário, e o estado ainda perdeu o selo Capag B (Capacidade de Pagamento). Como foi esse primeiro ano?

Wilson José de Paula: A situação não era boa. Tínhamos um débito financeiro de R\$ 1,3 bilhão e outro orçamentário de R\$ 7 bilhões, sem lastro financeiro. Tivemos que fazer remanejamentos ao longo do ano e correr atrás do financeiro, que foi afetado, no Brasil como um todo, pelas Medias Complementares nº 192 e nº 194. Isso nos trouxe uma realidade nova, com redução drástica de impostos sobre atividades como comunicação e combustíveis. E o mais grave, o impacto se deu no meio do exercício de 2022, no meio de um orçamento em execução, com deterioração de R\$ 1,7 bilhão.

E em 2023, veio o efeito concreto e perene. Porque foram operações que se deram para sempre. Não foi uma crise de momento. Era uma nova realidade e para mudar isso, trabalhamos a qualidade do gasto. Buscamos racionalizar, sem deixar que isso afetasse os serviços essenciais, como saúde, educação e segurança. Tivemos um corte, uma racionalização cirúrgica de R\$ 500 milhões.

Além dos esforços de racionalização, tivemos o programa Dívida Zero, que foi fundamental para fechar o ano no azul. Em termos de resultado, foi o maior programa do Estado, com mais de R\$ 1,1 bilhão entre parcelamento e pagamento da dívida. Alcançamos 129 mil contribuintes que tiveram sua situação regularizada.

ME: Qual era o grau de gravidade da situação? O que estava em risco?

WJP: Se não tivéssemos feito esse movimento, certamente não conseguiríamos pagar a folha deste mês de abril. Já vínhamos em situação deteriorada e a legislação que passaria a vigorar em janeiro de 2024, reduzia a alíquota do ICMS para 17%. Lembre-se que houve um reajuste de folha em julho de 2022, de 20%, o que representou R\$ 3,2 bilhões adicionais. O ano de 2023 nasceu com esses bilhões a mais para pagar e 1% a menos no ICMS, o que é muito significativo. A Assembleia Legislativa (Alepe) teve um papel muito importante de compreender aquele momento.

ME: Quando o estado perdeu a Capag B, o senhor disse na ocasião que isso já era esperado. Quando soube que perderia e o que foi feito naquele momento?

WJP: Já sabíamos, em janeiro de 2023, que seríamos rebaixados na Capag. O desafio era realizar operações de crédito em prazo recorde, durante o tempo que Capag B perdurou. E conseguimos realizar operações que somaram R\$ 3,4 bilhões de reais. A governadora Raquel Lyra foi protagonista nesse processo, atuando fortemente em Brasília. Por outro lado, fizemos um grande esforço no sentido da legislação e da receita. E isso se deu através da melhoria do ambiente de negócios.

ME: Como a Fazenda atuou para melhorar o ambiente de negócios, que aliás é uma das principais queixas do empresariado pernambucano?

WJP: Trabalhamos no sentido de corrigir a cobrança de impostos antecipada e de ICMS antecipado. Isso envolveu indústrias e alguns setores. São coisas que atrapalham o ambiente de negócio, que impactam no fluxo de caixa das empresas. E fizemos isso sem renúncia de receita e de forma lenta: na medida que o fluxo financeiro melhorava, íamos fazendo esse movimento.

ME: O que mudou exatamente?

WJP: Colocamos o vencimento do imposto na data correta. E o que é data correta para efeito de ICMS? É comprar, vender, apurar o imposto e ter prazo para pagar. Não dá, em alguns setores, para cobrar ICMS na sua integralidade ou num patamar superior antes mesmo de a mercadoria entrar no estoque.

Essa mudança começou com alguns setores, como indústrias e pequenos atacados. Nos próximos dias novos setores serão contemplados. Vamos acabar com 78% desse tipo de cobrança este ano.



O restante em 2025. Nesses 78% alcançamos grande número de empresas. Os que ficaram nos 22% restantes são as grandes empresas que têm capacidade robusta e sabemos que terão imposto no mês.

Além disso, fomos à Assembleia Legislativa e aprovamos seis ou sete projetos de lei, envolvendo a revisão de penalidades, a revisão de parcelamento, a criação de programa de conformidade, que já iniciamos e devemos intensificar no próximo ano. E vamos lançar um novo portal, com olhar para a conformidade.

ME: De que forma o novo portal estimulará a conformidade?

WJP: Esse portal estreitará nossa relação com o contribuinte oferecendo a ele oportunidade de se regularizar. Queremos dizer ao contribuinte como o estamos vendo. Ele terá uma nota pública. Se ele é um contribuinte A no conceito da Fazenda, teremos uma lista de contrapartidas para ele, como a não cobrança de imposto antecipado ou um corredor verde para facilitar o trânsito das mercadorias.

ME: E se ele não for um contribuinte A?

WJP: Se não for A, ou ele sobe de patamar ou teremos que tomar medidas contra ele. E vamos ser transparentes. Porque um dos pontos fundamentais da conformidade é a transparência. O contribuinte precisa entender como nós o enxergamos. Com isso, queremos passar segurança jurídica.

Secretário: “A palavra é fluidez”

ME: Qual será o maior desafio em 2024?

WJP: Em 2024, a racionalização dos gastos permanece. Os recursos estão em caixa, os projetos de entregas já se iniciaram e fizemos o regramento da receita do estado, em função daquilo que o estado teve no passado, que foi a operação da alíquota modal do ICMS. Esse realinhamento, com redução do IPVA, cria um ambiente novo. Esse ano começa otimista porque o orçamento é nosso. No primeiro ano de governo, executamos o orçamento do governo anterior. O nosso orçamento é técnico e está 100% com lastro financeiro, e não teremos surpresas. É óbvio que podem haver contratemplos, como intercorrências climáticas, por exemplo, mas 2024 será um ano de entrega. A palavra de ordem é fluidez. E o grande desafio será mesmo fazer poupança.

ME: Por que a poupança é o maior desafio?

WJP: Porque se analisarmos a séria histórica, nas duas últimas décadas, vemos que não há cultura de poupança em Pernambuco. Os investimentos decorreram de operações de crédito. Temos capacidade baixa de investir com recursos próprios. Vou te dar um exemplo da importância da poupança: no ano passado, nos foi pedido para antecipar a folha em 2 dias, em dezembro. E não conseguimos, porque dependemos de um pagamento que cai no dia 27. Eram apenas dois dias e não conseguimos por falta de reservas.

ME: Diante de tantas demandas que o estado recebe, esse tema pode ser sensível a alguns interlocutores. Ou não?

WJP: Quando falei sobre poupança na Alepe, um deputado me questionou dizendo que o estado não é uma instituição financeira para ficar guardando dinheiro. Isso é óbvio. Mas quando falo de poupar, falo da capacidade de fazer investimentos com recursos próprios, de enfrentar situações adversas com mais folga. A Paraíba tem um ótimo índice de poupança. O Espírito Santo também. Mas conquistaram isso ao longo do tempo. Paulo Hartung (ex-governador do estado capixaba) começou isso lá atrás e hoje o Espírito Santo chega a ser referência fiscal no Brasil. Temos que ir com calma, não é todo dia que teremos recursos. Mas vamos avançar observando as oportunidades. Sou econômico. Tenho uma fama danada (risos).

ME: Como o estado vem se preparando para o fim da guerra fiscal? Os desafios são enormes. A questão da infraestrutura é um dos pontos fundamentais para atrair investidores e nossas estradas estão entre as piores do país...

WJP: Já percebemos empresas buscando localização sem guerra fiscal. Eles começam a olhar para uma boa posição geográfica, para a infraestrutura. Já há esse movimento. E a localização geográfica de Pernambuco é excelente. Veja, no aspecto da infraestrutura, por exemplo, a poupança também é importante. Não podemos ficar refém do FNDR (Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – que terá a função de mitigar as desigualdades regionais e sociais, mediante repasses da União para a realização de estudos, projetos e obras de infraestrutura).

O FNDR tem valor significativo, aproximadamente quase R\$ 5 bilhões para Pernambuco, mas um volume inferior ao que temos de previsão de renúncia em termos de guerra fiscal, que é algo da ordem de R\$ 6,5 bilhões.

No Conselho de Secretários da Fazenda, discutimos a dificuldade de mensurar o IBS, um ponto obscuro para muitos estados. Temos na Fazenda um grupo que não pensa só no fim da guerra fiscal, mas na reforma tributária como um todo. Muita gente ainda não percebeu o tamanho da mudança que virá com a reforma em 2033.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 30/04/2024

NEOENERGIA PE ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 5,1 BILHÕES

O investimento ocorre depois de um primeiro trimestre nos quais os pernambucanos perceberam mais interrupções no serviço

Por Ângela Fernanda Belfort



O CEO da Neoenergia, Eduardo Capelastegui e a governadora Raquel Lyra no anúncio de novos investimentos da empresa em Pernambuco. Foto: Divulgação/ Neoenergia

A Neoenergia Pernambuco vai realizar um investimento de R\$ 5,1 bilhões em obras de expansão, modernização e reforço do sistema elétrico em todas as regiões do Estado. O anúncio ocorre depois de um trimestre conturbado em que as faltas de energia foram uma constante e atingiram polos econômicos do Estado, como o Porto Digital, no Bairro do Recife, e

Porto de Galinhas, no Litoral Sul. A empresa também renovou o contrato da Termopernambuco para vender energia à distribuidora pernambucana por 15 anos. No futuro, isso pode encarecer a conta de luz dos pernambucanos, quando houver alguma crise energética.

O primeiro contrato de compra de energia da distribuidora à Termopernambuco vai acabar em maio. A compra da energia da Termopernambuco pela Neoenergia Pernambuco – antiga Celpe – foi uma das responsáveis pela alta da conta de luz dos pernambucanos por muitos anos. No cálculo do reajuste tarifário deste ano, a retirada da compra de energia da Termopernambuco à distribuidora resultou em quase 5% a menos no cálculo. Este foi um dos motivos que puxaram o reajuste negativo da conta de energia que entrou em vigor, nesta segunda-feira (29), e que ficou, em média, em -2,63% para os clientes residenciais da companhia.

Ao ser questionado quanto isso vai representar de aumento na conta dos pernambucanos, o presidente da Neoenergia Pernambuco afirmou que isso não representa qualquer incremento na conta de energia dos pernambucanos. “Isso significa que o sistema elétrico brasileiro, o Sistema Interligado Nacional (SIN) vai poder contar com a térmica caso seja necessário. A térmica vai ficar em stand by”, explicou Saulo.

A Neoenergia conseguiu a renovação deste contrato de compra por mais 15 anos num leilão de reserva de capacidade, um instrumento legal previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regula o setor. Se a térmica tiver que produzir energia, ela vai ser mais cara e a conta



será dividida por todos os pernambucanos. A térmica não consegue não consegue ter uma energia mais barata do que as hidrelétricas, eólicas, ou solar, que usam matérias primas como a água, o vento ou o sol. Térmica usa gás natural que é uma commodity e sobe de preço de acordo com o mercado internacional.

Investimentos da Neoenergia

O investimento de R\$ 5,1 bilhões é recorde para um quinquênio e representa um aumento de 31% comparando com o período anterior, segundo Saulo Cabral. Os recursos devem ser empregado em iniciativas que serão implementadas até 2028. Nos últimos cinco anos, a Neoenergia investiu cerca de R\$ 3,9 bilhões.

O anúncio do investimento contou com a presença do CEO da Neoenergia, Eduardo Capelastegui. “Ao projetar investimentos recordes para os próximos cinco anos, renovamos nosso compromisso em distribuir energia de forma contínua e confiável para os pernambucanos contribuindo ainda mais para o desenvolvimento social e econômico do Estado”, afirmou Capelastegui.

Somente em 2024, serão investidos R\$ 928 milhões. O investimento inteiro inclui mais 270 quilômetros de linhas de alta tensão, que são importantes para transportar uma maior quantidade de energia. Nos cinco anos, a distribuidora irá construir ou expandir 13 subestações, ampliar de mais de 10% da disponibilidade energética no Estado e prevê a realização de mais de 680 mil novas ligações.

Na Região Metropolitana do Recife, as subestações vão ser instaladas nas seguintes cidades: Recife (2), Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca e Itapissuma. No Agreste e Zona da Mata, ficarão em Sirinhaém, Ribeirão, Garanhuns e Cachoeirinha. No Sertão, em Petrolina e Arcoverde.

Serão investidos cerca de R\$ 163 milhões em soluções que deixem a rede de distribuição mais inteligentes, como os mais de 1,1 mil religadores que devem ser instalados, até 2028. Eles fazem a recomposição automática do sistema, em casos de interrupção, tornando o atendimento mais rápido.

As obras previstas vão beneficiar 395 mil clientes, segundo informações da Neoenergia Pernambuco. O reforço inclui melhorias em cidades que se destacam como polos econômicos, como Petrolina, no Sertão do São Francisco, várias cidades do Agreste fazem parte da bacia leiteira; o polo de confecções, que inclui Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Também serão realizadas ações que contemplam o litoral Sul do Estado e o polo automotivo de Goiana. As obras devem gerar mais de 2 mil empregos, numa estimativa da Neoenergia Pernambuco.

No seu discurso, a governadora Raque Lyra pediu que os trabalhos de implantação das melhorias fossem mais “céleres” porque a gente viu o que ocorreu com o Porto Digital. Os diretores do polo de tecnologia disseram que a falta de energia estava atrapalhando o funcionamento das empresas instaladas no Bairro do Recife. “Sabemos destes momentos mais críticos. As nossas reclamações são as mesmas dos consumidores pernambucanos no que diz respeito em especial nestes últimos meses com a quebra do fornecimento (do serviço)”, comentou a governadora.

Segundo a governadora, os investimentos em manutenção preventiva e em subestações a serem realizados pela empresa “vão permitir ter uma energia elétrica de mais qualidade com mais potência chegando as casas e empresas de cada um”.

O presidente da Neoenergia, Saulo Cabral, voltou a dizer que a qualidade da energia da distribuidora melhora ano após ano e que foram identificadas que nos últimos quatro meses ocorreram uma maior incidência de raios, chuvas e ventos. “Isso causou um aumento no volume de interrupções que aconteceram nos últimos quatro meses, mas os investimentos dos próximos cinco anos – que valem a partir de agora – vão ampliar a oferta confiável de energia em todas as regiões do Estado”, disse.

A Neoenergia é dona de cinco distribuidoras no Brasil, incluindo a Neoenergia Pernambuco, que distribui energia nos 184 municípios de Pernambuco, Pedra de Fogo, na Paraíba, e Fernando de Noronha.

*Com informações da Neoenergia

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 29/04/2024

GOVERNO FEDERAL INICIA LICITAÇÃO DO TRECHO PERNAMBUCANO DA TRANSNORDESTINA

Empresas de engenharia deverão submeter propostas para elaborar projetos básico e executivo da Transnordestina em Pernambuco até 20 de maio

Por *Luiz Filipe Freire*



Transnordestina: trecho entre Salgueiro e Suape tem 543 quilômetros, 180 deles implantados. Foto: Ministério da Infraestrutura.

Após um ano de promessas de que a construção do traçado pernambucano da Transnordestina será retomada, o Governo Federal deu um passo concreto para garantir o empreendimento. Na edição da última sexta-feira (26) do Diário Oficial da União, foi publicado o edital de licitação para contratar a empresa de engenharia que ficará responsável pela elaboração dos projetos básico e

executivo para a implantação do trecho entre Salgueiro, no Sertão, e o Porto de Suape, no litoral do estado.

A disputa levará em conta o menor preço apresentado pelas concorrentes. A abertura das propostas está prevista para 20 de maio. O segmento a ser licitado já conta com R\$ 450 milhões reservados para a obra por meio do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O custo total é estimado em R\$ 4 bilhões e, inicialmente, deve ser arcado apenas pelos cofres públicos após a Transnordestina Logística S.A. (TLSA) desistir do trecho, no fim de 2022.

Transnordestina em PE: autoridades celebram anúncio

O anúncio foi feito, na noite desta segunda-feira (29), pelo superintendente do Desenvolvimento do Nordeste, Danilo Cabral (PSB), e celebrado pela governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB). “Agradeço ao Governo Federal e ao presidente Lula por dar mais um passo fundamental para garantir o compromisso assumido com Pernambuco de reinclusão do ramal Salgueiro-Suape no traçado da rodovia. Isso significará geração de emprego e o fortalecimento do desenvolvimento econômico estadual. Não é apenas o nosso estado que ganha, mas o Nordeste inteiro”, disse a governadora.



Segmento pernambucano da Transnordestina foi alvo de desistência da TLSA em 2022. Foto: Arquivo/Agência Brasil

Para Danilo Cabral, a obra é mais uma demonstração do compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento regional. “São R\$ 450 milhões já garantidos no PAC e vamos trabalhar todos juntos por essa obra que vai gerar muitas oportunidades para o

povo do Nordeste. Essa é mais uma demonstração de compromisso do Governo Federal, do governo do presidente Lula, com Pernambuco e o Nordeste”, destacou o titular da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Retomada do projeto ocorre após ameaças ao traçado pernambucano

O ramal pernambucano conta com 543 quilômetros divididos em nove lotes. Apenas os três primeiros, que compreendem um trecho de 170 quilômetros entre Salgueiro e Custódia, já tiveram execução. Os lotes 4 e 5, entre Custódia, no Sertão, e Pesqueira, no Agreste, tiveram a infraestrutura iniciada ainda pela TLSA. Já nos lotes 6 e 7, até Belém de Maria, na Zona da Mata, só houve desapropriações. Os lotes 8 e 9 finalizam o percurso, passando por Ribeirão, também na Zona da Mata, até Suape, no Litoral Sul.

No fim de 2022, após alegar a inviabilidade econômica do trecho pernambucano e conseguir um aditivo ao contrato, a TLSA desistiu do ramal Salgueiro-Suape, mantendo-se à frente do traçado no Piauí e no Ceará. Em 2023, com novas gestões iniciadas no Governo Federal e no Governo de Pernambuco, setores empresariais e políticos passaram a se manifestar pela retomada do trecho no estado, o que mobilizou a bancada de senadores e deputados federais e estaduais.

Em abril do ano passado, parlamentares chegaram a anunciar que haviam obtido promessas do Governo Federal de que as obras da ferrovia seriam retomadas em Pernambuco. Contudo, apenas



em junho, durante reunião com a governadora Raquel Lyra no Palácio do Campo das Princesas, no Recife, é que o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), confirmou que o segmento Salgueiro-Suape teria continuidade com recursos federais. No segundo semestre, também em evento na capital pernambucana, a ferrovia foi elencada entre os empreendimentos que contariam com investimentos do novo PAC.

No Ceará e no Piauí, obra está mais adiantada e deve ser concluída em 2027. Foto: Agência do Governo do Piauí

Obra também teve anúncios recentes no Ceará

Já no Ceará, a Transnordestina tem 11 lotes rumo ao Porto de Pecém, com mais de 60% de conclusão. Em janeiro, foram autorizadas as obras de infraestrutura referentes aos lotes 4 e 5, entre os municípios de Acopiara e Quixeramobim, com investimento de R\$ 811,3 milhões via Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNDE). No início de abril, durante visita do presidente Lula ao estado, esse segmento foi alvo de promessa de conclusão até o primeiro trimestre de 2027.

Conforme o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, a Transnordestina está orçada em R\$ 14,9 bilhões. A ferrovia parte de Eliseu Martins, no Piauí, estado que já tem quatro dos sete lotes do empreendimento concluídos. Se o projeto original for implantado, a linha férrea terá, ao todo, mais de 1,8 mil quilômetros de extensão e vai ligar 81 municípios dos três estados cortados por ela. A construção da Transnordestina foi iniciada em 2006 e já custou mais de R\$ 7 bilhões aos cofres públicos.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 29/04/2024



- Foto: Banco de Imagens

No mês em que é celebrado o dia mundial de conscientização sobre o autismo, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) assinou um plano de ação para implementação de medidas de acolhimento para passageiros com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na aviação civil brasileira. A iniciativa tem por objetivo desenvolver medidas voltadas à melhoria no atendimento de passageiros e de seus responsáveis antes, durante e após a utilização dos serviços de transporte aéreo.

A ação faz parte do programa Asas Para Todos, lançado pelo Governo Federal no início deste mês, na qual busca, por meio da conscientização, criar condições necessárias para transformar o modal aéreo em um ambiente de inclusão e capacitação. O projeto se dará em duas etapas sendo a primeira delas o estudo e diagnóstico de medidas que devem ser inseridas por operadores aeroportuários e companhias aéreas nacionais.

O plano foi assinado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Infraero, Aeroportos do Brasil (ABR), Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Azul Linhas Aéreas, além dos deputados Felipe Carreras, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Aviação Civil (FPAviação), e Isa Arruda, membro titular da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.

Juntos, representantes das empresas públicas e privadas e os parlamentares mencionados vão contribuir com o ministério na elaboração da estratégia para utilização de recurso do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), reservado para o aprimoramento das ações do setor voltado aos passageiros. Um dos compromissos previsto no protocolo de intenção é realizar reuniões periódicas para alinhamento e monitoramento das ações do plano.

Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, destaca que o acesso à aviação civil é um direito de todos e reforçou que os passageiros com Transtorno do Espectro Autista terão prioridades no modal aéreo. Segundo ele, “a aviação não é só o transporte de ir e vir, mas, sobretudo, a inclusão social de todos os brasileiros”.

“Desde o primeiro momento, nós nos sensibilizamos para dialogar com todos os agentes da aviação sobre a importância de elaborar campanhas educativas de salas bem equipadas para crianças com autismo. É preciso que cada vez mais os nossos aeroportos e a aviação brasileira possam se preparar para receber essas crianças, que precisam ter um olhar especial”, afirmou Costa Filho.

Já a deputada Isa Arruda se comprometeu a envidar esforços para que o setor possa acolha todos os cidadãos, independentemente da necessidade. “Luto pela contribuição e edificação de um mundo melhor. Nesse sentido, uma das minhas primeiras iniciativas foi requerer a criação de uma subcomissão especial dedicada a políticas públicas de inclusão de pessoas com transtorno de espectro autista. Mesmo porque a proteção desse público sempre fez parte das prioridades das minhas pautas na Câmara Federal.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 30/04/2024



O investimento em ações de transição energética, especialmente no setor de transporte marítimo, é crucial tanto para o Brasil quanto para o mundo. Barcaças e navios desempenham um papel fundamental no comércio internacional do País, sendo responsáveis por 95% das operações. Portanto, qualquer esforço de descarbonização nesse setor terá um impacto significativo na redução das emissões de gases de efeito estufa e na mitigação das mudanças climáticas.

Nesse cenário, os anúncios do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, realizados ontem, sobre o investimento de R\$ 5 bilhões em infraestrutura e logística para a transição energética no mar são muito bem-vindos. Essa iniciativa demonstra um compromisso sério em promover a sustentabilidade e reduzir o impacto ambiental das operações marítimas.

Além disso, a abertura de um edital de estudos pelo BNDES para identificar capacidades de construção e expertise na engenharia naval é um passo importante na direção certa. Essa abordagem visa evitar erros do passado e garantir que os projetos futuros sejam conduzidos de maneira eficiente e sustentável.

A descarbonização do transporte marítimo não só contribuirá para a proteção do meio ambiente, mas também abrirá novas oportunidades de negócios e desenvolvimento tecnológico. Incentivar a construção de embarcações mais sustentáveis e oferecer incentivos para reduzir as emissões de gases do efeito estufa são medidas essenciais para alcançar esse objetivo.

É importante ressaltar que a transição energética no setor marítimo não pode ser realizada apenas pelo governo ou pelo setor privado, mas requer uma colaboração estreita entre ambos. Somente através de parcerias público-privadas e investimentos conjuntos será possível alcançar os objetivos de descarbonização e sustentabilidade no transporte marítimo.

Portanto, é fundamental que o poder público e a iniciativa privada continuem a investir em ações de transição energética, buscando soluções inovadoras e sustentáveis para enfrentar os desafios ambientais e promover um futuro mais verde e próspero para todos.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/04/2024*

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

CASO JOCA 1

O rastreamento de animais de estimação em tempo real é uma das ações defendidas pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, para melhorar e reduzir os riscos no transporte de cães e outros pets em aviões. A estratégia está sendo analisada após a morte do Golden Retriever Joca na semana passada, após ele ter sido enviado em um voo errado de Guarulhos (SP) para Fortaleza (CE) - o destino certo era Sinop (MT) - e transportado de volta imediatamente.

CASO JOCA 2

Em entrevista nessa segunda-feira, dia 29, Costa Filho destacou que “já existe expertise para a gente poder criar, não sei se através de uma coleira, através de uma pulseira, através de um próprio monitoramento de câmeras, o rastreamento, ou seja, todo animal que for transportado no porão (do avião), ele passe a ter o seu rastreamento permanente, que o tutor, o dono do animal, ele possa, desde a entrega, até o final da viagem, saber por onde (o animal) passou. Tenho muita confiança que esse marco, infelizmente, da morte do Joca vai servir de reflexão para todas as companhias aéreas para que a gente possa ter uma melhor governança”

CASO JOCA 3

Atualmente, animais de estimação com mais de 20 quilos devem viajar no bagageiro dos aviões. Após a morte do cão, a equipe do ministro e técnicos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)

estudam a criação do primeiro Plano Nacional de Transporte Animal do Brasil. Uma proposta deve ser apresentada até 30 de junho.

VOO BRASIL-CHINA 1

A companhia aérea estatal Air China voltou a operar voos diretos ligando São Paulo a Pequim. Esse serviço, que havia sido suspenso no auge da pandemia de Covid-19, retorna com dois voos semanais: Pequim-São Paulo às quintas-feiras e aos domingos e São Paulo-Pequim às segundas e sextas-feiras.

VOO BRASIL-CHINA 2

Segundo a embaixada da China no Brasil, essa rota é uma das mais longas do mundo. Atravessa quatro continentes (Ásia, Europa, África e América do Sul) e passa por 11 países. O voo de Pequim a São Paulo tem duração de quase 26 horas. Já o trajeto contrário dura pouco mais de 22 horas, com uma parada em Madri, na Espanha.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/04/2024

SUSTENTABILIDADE - BNDES QUER INVESTIR R\$ 5 BI PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO MAR

Em parceria com a Marinha, banco realiza evento sobre desafios e oportunidades no setor

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa.pimentel@redebeneews.com.br



Aloizio Mercadante anunciou a medida durante o seminário Transição Energética no Mar: Desafios e Oportunidades para o Brasil, realizado pelo BNDES em parceria com FGV e a Marinha do Brasil. Foto: BNDES/Divulgação

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quer investir R\$ 5 bilhões em infraestrutura e logística para transição energética no mar, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) em 2024.

No setor de Óleo e Gás, por exemplo, o FMM tem em carteira R\$ 1,6 bilhão em projetos sob análise; já o banco conta com incentivos para construção de embarcações mais sustentáveis.

O PRESIDENTE DO BNDES DESTACOU QUE A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TRAZ O DESAFIO DE NOVAS FORMAS DE ENERGIA RENOVÁVEIS MAIS CARAS QUE AS QUE SE PRETENDE SUBSTITUIR, O QUE EXIGE ESFORÇO FISCAL E UMA NOVA RELAÇÃO DO ESTADO COM A ECONOMIA

As informações foram repassadas pelo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, nesta segunda-feira (29), no seminário Transição Energética no Mar: Desafios e Oportunidades para o Brasil, realizado pela instituição financeira em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro.

Mercadante também anunciou que o BNDES vai abrir um edital de estudos para “identificar a capacidade de construção, a expertise, ouvir todos os segmentos da engenharia naval e não cometer os erros que já tivemos”, detalhou.

Isso porque a instituição financeira tem uma medida de incentivo para projetos de construção de embarcações que reduzam a emissão de gases do efeito estufa. “Todos os projetos que estiverem com a perspectiva de reduzir 30% das emissões terão desconto de 0,2% no spread do BNDES na construção, 0,4% na modernização e conversão, e, 0,2% para manutenção, reparo e docagem”, explicou.

Mercadante citou ainda que as linhas BNDES Mais Inovação, com custo em TR, e BNDES Fundo Clima, com taxa fixa de 6,15% ao ano, podem ser utilizadas em projetos de descarbonização de embarcações. E declarou que o seminário inaugurou o que chamou de “diálogos para a COP 30”.

“Esse é primeiro evento, nós vamos abrir um ciclo de discussão para que os empresários de todos os setores econômicos do país, a academia, pesquisadores e o governo dialoguem sobre as nossas propostas e as nossas ambições até 2030”.

O presidente do BNDES destacou que a transição energética traz o desafio de novas formas de energia renováveis mais caras que as que se pretende substituir, o que exige esforço fiscal e uma nova relação do Estado com a economia.

Seminário

No primeiro dia, a abertura contou com presença do presidente do comandante da Marinha do Brasil, Marcos Olsen, do secretário-geral da IMO, Arsênio Velasco, do presidente da FGV, Carlos Leal, da conselheira do BNDES e ex-ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, da diretora de Infraestrutura e Transição Energética do BNDES, Luciana Costa, e do ex-comandante da Marinha do Brasil, Alm. Ilques Barbosa Jr.

Com o apoio de 53 instituições públicas e privadas, o evento visa promover um debate sobre os desafios para o cumprimento da meta estabelecida pela International Maritime Organization (IMO), organismo da ONU regulador da navegação global, que atualizou sua estratégia para alcançar zero emissões de CO2 na navegação mundial até 2050. O secretário geral da IMO, Arsenio Dominguez, fez a apresentação de abertura do evento.

O seminário, que seguirá nesta terça-feira (30), pretende alertar os principais atores e decisores dos setores envolvidos para a urgência da transição energética no mar e destacar as vantagens comparativas e competitivas do Brasil na substituição dos combustíveis fósseis por alternativas verdes.

As discussões também podem embasar a construção de um plano nacional para a Transição Energética no Mar, com diretrizes para subsidiar novas políticas públicas e arcabouços regulatórios, bem como articular a constituição e coordenação de um comitê de alto nível para atuar com os temas relacionados à transição energética no mar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/04/2024

NACIONAL - GOVERNO FEZ “O CERTO” SOBRE DESONERAÇÃO E PRETENDE APROVAR O PERSE, DIZ PADILHA

Ministro das Relações Institucionais, medida é um gesto de esforço para recuperar a saúde das contas públicas

Por **MARÍLIA SENA** marilia.sena@redenews.com.br



Expectativa é de que os líderes da Casa Alta se reúnam nesta terça com o ministro Padilha para definir período e valor do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse)/Divulgação

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na segunda-feira, dia 29, que o Governo Federal fez “o que era certo” sobre a desoneração da folha de pagamento. Ele almoçou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e conversou com a imprensa após o encontro. “O ministro da Fazenda toma essa atitude com a

preocupação de consolidar esse esforço de recuperação da saúde das contas públicas, de respeitar o que está na Constituição e respeitar aquilo que estava na previsão orçamentária”, disse.

“Consideramos que o Governo fez aquilo que era necessário fazer para garantir que o que está na Constituição seja seguido”, completou Padilha. Na última sexta-feira, 26, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Cristiano Zanin, derrubou a desoneração da folha de pagamento de 17 setores e de municípios de até 156,2 mil habitantes.

A ação repercutiu em Brasília. O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) criticou o Governo por ter judicializado o caso e afirmou que vai tomar providências. “O Governo Federal erra ao judicializar a política e impor suas próprias razões, num aparente terceiro turno de discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento. Respeito a decisão monocrática do ministro Cristiano Zanin e buscarei apontar os argumentos do Congresso Nacional ao STF pela via do devido processo legal”, afirmou em nota Rodrigo Pacheco.

O senador se reuniu com a advocacia-geral do Senado e consultores legislativos. A expectativa é de que os líderes da Casa Alta se reúnam amanhã com o ministro Padilha para definir outra pauta: a que limita o período e valor do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). A expectativa é que a análise seja feita nesta terça-feira, 29, no Plenário do Senado.

“Já foi aprovado na semana passada um acordo sobre o projeto do Perse muito positivo (na Câmara dos Deputados). Vamos buscar confirmar esse acordo no Senado, é uma prioridade para o governo ver se é possível votar ainda nesta semana o Perse no Senado”, afirmou o ministro.

O texto do Perse foi um acordo entre a Fazenda e a Câmara dos Deputados por um “meio-termo”. Pela proposta, o Perse será extinto somente em 2027, mas o custo do programa ficará limitado a R\$ 15 bilhões. Caso os gastos do Perse ultrapassem o valor proposto até 2026, o programa será extinto antes do tempo determinado.

A semana na capital federal, porém, deve ser mais curta. O Legislativo quer emendar o feriado do Dia do Trabalhador, na quarta-feira, 1, com o final de semana. Sendo assim, os dias úteis de trabalho do Congresso Nacional serão até esta terça-feira.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 30/04/2024

NACIONAL - CONAB ALERTA PARA AUMENTO DO PREÇO DO ÁLCOOL COM QUEBRA DA SAFRA

Condições climáticas afetaram produção de cana-de-açúcar e milho
Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebenews.com.br



A primeira esmava da safra de cana-de-açúcar 2024/2025 indica que o Brasil deve produzir 685,86 milhões de toneladas, uma redução de 3,8% em relação à safra anterior

A produção de etanol oriundo da cana-de-açúcar e do milho deve ter queda de 4% devido à quebra da safra 2024/2025, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o que pode refletir no aumento do preço do álcool nas bombas.

As condições climáticas foram as que mais impactaram neste cenário, principalmente na região Centro-Sul, onde as chuvas ficaram 26,7% abaixo do esperado entre os meses de outubro do ano passado e fevereiro deste ano.

Apesar da redução na safra, a pesquisa aponta uma produção de açúcar estimada em 46,29 milhões de toneladas – acréscimo de 1,3% em relação ao obtido na safra anterior, recorde até então.



Quando analisado apenas o etanol oriundo do esmagamento da cana-de-açúcar, observa-se uma redução de 8%. Já o derivado de milho, apresenta crescimento de 16%. A estimativa indica, portanto, a produção de 34,18 bilhões de litros de etanol, a partir da cana-de-açúcar e do milho.

Desse total, 15,18 bilhões de litros serão de etanol anidro e 19 bilhões de litros de etanol hidratado, sendo o etanol anidro o mais usado como aditivo de combustíveis, o chamado álcool puro.

Com relação ao mercado, já se observa preços mais competitivos do etanol em relação à gasolina em alguns estados brasileiros, sobretudo em São Paulo, maior produtor e detentor da maior parte da frota de veículos. Contudo, a redução de 8% prevista para a próxima safra tende a diminuir a diferença para a gasolina, em virtude do melhor cenário do açúcar, com o mix de produção em desfavor do álcool.

Cana-de-açúcar

A primeira esmava da safra de cana-de-açúcar 2024/25 indica que o Brasil deve produzir 685,86 milhões de toneladas, uma redução de 3,8% em relação à safra anterior.

Entre os fatores apontados, estão os baixos índices pluviométricos, aliados às altas temperaturas registradas na Região Centro-Sul, que causaram perdas na produtividade, esmada em 79.079 quilos por hectare, 7,6% abaixo da obtida na safra anterior, que foi favorecida pelas boas condições climáticas.

De acordo com o levantamento da Companhia, a área de colheita da cana apresentou crescimento de 4,1%, passando de 8,33 milhões de hectares para 8,67 milhões de hectares. O crescimento deve-se ao aumento de áreas em expansão e renovação, sendo que a colheita na Região Centro-Sul, já iniciada, passa a se intensificar a partir de maio.

Na Região Sudeste, onde se concentra a maior produção de cana-de-açúcar do país (64,6%), esma-se uma produção de 442,74 milhões de toneladas, uma retração de 5,6% frente à safra 2023/24, com a maior redução observada em São Paulo, de 28,32 milhões de toneladas, devido ao contraste com o excelente resultado da safra passada.

O Centro-Oeste, segunda região que mais produz cana-de-açúcar, tem a esmava, para esta safra, de 145,69 milhões de toneladas destinadas ao setor sucro energético.

Para o Nordeste, indica-se uma produção de 56,65 milhões de toneladas, semelhante à obda na safra anterior, com lavouras em fase de crescimento e provável início da colheita a partir de agosto.

Já nas Regiões Sul e Norte do país, a expectativa é que produzam, respectivamente, 37 milhões de toneladas e 3,78 milhões de toneladas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/04/2024

REGIÃO NORDESTE - RN E PETROBRAS ASSINAM PRÉ-ACORDO PARA PROJETO DE EÓLICA OFFSHORE

Estatual irá disponibilizar estudos sobre os possíveis impactos ambientais e sociais decorrentes da instalação do projeto

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Governo do Rio Grande do Norte assinou na segunda-feira (29) um memorando de entendimento com a Petrobras para a instalação de um projeto piloto para usina de geração de energia em alto-mar (offshore). O documento foi assinado pela governadora Fátima Bezerra (PT) e pelo presidente da estatal, Jean Paul Prates.



O documento foi assinado pela governadora Fátima Bezerra (PT) e pelo presidente da estatal, Jean Paul Prates.

O memorando prevê que o Rio Grande do Norte promova ações como o alinhamento do projeto com programas e políticas estaduais; apoio aos processos necessários para estudos e pesquisa para o desenvolvimento e implantação de projeto; e iniciativas para melhoria da região onde o projeto piloto será implementado.

Já a Petrobras irá disponibilizar estudos sobre os possíveis impactos ambientais e sociais decorrentes da instalação do projeto, atuando em sinergia para a viabilização do projeto piloto.

“A Petrobras vem estabelecendo parcerias com instituições e empresas, visando a aquisição de conhecimento e capacitação no segmento de eólicas offshore, no sentido de avaliar futuros projetos e oportunidades neste segmento. O Rio Grande do Norte tem uma vocação natural, um regime de ventos excelente para projetos de eólica offshore e acreditamos que essa vocação do Estado deve ser aproveitada”, disse Jean Paul Prates.

“Já fomos o maior produtor de petróleo em terra. Somos atualmente o maior produtor de energia renovável em terra e agora este protagonismo agirá em função da produção de energia renovável offshore”, declarou Fátima Bezerra.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 30/04/2024

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI É O PRINCIPAL EXPORTADOR DE MILHO DO MATOPIBA

Cais maranhense também exporta quase 30% da soja da região do Arco Norte

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebeneews.com.br



O Porto do Itaqui, no Maranhão, foi responsável por 94,29% do volume de milho exportado pela região do Matopiba (que envolve os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia)

O Porto do Itaqui, no Maranhão, foi responsável por 94,29% do milho exportado pela região do Matopiba (que envolve os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e 26,3% do volume de soja, de acordo com o Anuário Agrologístico 2024, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A participação dos portos do Arco Norte nas exportações das duas commodities cresceu segundo o anuário e já representa 40% do escoamento de soja e milho no País, frente aos portos do sudeste e sul, puxados por Santos (SP), o maior do Brasil.

“O porto do Maranhão torna-se o principal da região por diversos motivos, entre eles seu calado, muito parecido com portos grandes, como Rotterdam, na Holanda, e confirmam o caráter exportador de grãos, além do minério, dos portos do arco norte”, explica o superintendente de Logística Operacional da Conab, Thomé Guth.

Ainda segundo os dados, o volume de milho exportado pelo Maranhão foi de 5,55 milhões de toneladas. O porto maranhense exportou, por sua vez, 10,41 milhões de toneladas de soja.



Thomé diz que esse resultado é reflexo dos avanços não apenas dos portos da região, mas também dos modais de transporte, como o ferroviário.

A PARTICIPAÇÃO DOS PORTOS DO ARCO NORTE NAS EXPORTAÇÕES DAS DUAS COMMODITIES CRESCERAM SEGUNDO O ANUÁRIO E JÁ REPRESENTA 40% DO ESCOAMENTO DE SOJA E MILHO NO PAÍS, FRENTE AOS PORTOS DO SUDESTE E SUL, PUXADOS POR SANTOS (SP), O MAIOR DO BRASIL

“Esse progresso impulsiona esse novo eixo, ao tornar a região economicamente atrativa aos agricultores, que encontram fretes mais baratos em relação às rotas para os portos do Sul e Sudeste. Além disso, há um crescente investimento no embarque de grãos e internalização de fertilizantes, o que promove, para muitas cargas direcionadas ao Arco Norte, o frete de retorno. Cenário que tende a se repetir também na nova região do Sertão (Sergipe, Alagoas e Bahia)”. Frete de retorno é uma modalidade que aproveita o espaço vazio do veículo na volta ao local de origem.

Exportações baianas

A Bahia ainda é o principal estado exportador de soja do Matopiba. No entanto, em termos percentuais, foi o que menos cresceu comparativamente aos outros estados pertencentes a esta região nos últimos anos, segundo a Conab.

No período entre 2019 e 2023, o incremento das exportações baianas foi de 38,7% contra 81,3%, 103,8% e 64,1%, respectivamente, nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins.

“Cabe ressaltar que o volume de exportação de soja do Maranhão vem se aproximando daquele exportado pela Bahia, com uma tendência do estado maranhense se tornar o principal exportador da oleaginosa da região. Isso porque quase tudo que o Maranhão produz é exportado, enquanto a Bahia reserva parte da produção para plantar, consumir e exportar farelo de soja”, diz o analista.

Crescimento

Em comparação a 2019, o volume exportado pelo Arco Norte em 2023 apresentou aumento. No caso da soja, de 30,4%, em 2019 para 33,8% em 2023. O milho subiu de 33,4% para 42,5%.

No porto de Santos, somente a soja teve incremento usando como base a mesma comparação: 6,9% a mais em 2023, na comparação com 2019. O milho, por sua vez, teve queda no volume exportado de 5%.

“Se o comparativo for mais longe, essa elevação da importância do Arco Norte para as exportações é ainda mais significativa”, destaca Guth.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em 2010 a participação dos portos da região Norte nas exportações de soja e milho era de cerca de 8%. Cenário totalmente diferente ao encontrado em 2022, quando essa contribuição chegou a 40,3%.

“No último ano, todavia, eles perderam um pouco de espaço na participação (36,9%) para os portos do Sul e Sudeste do país. Mas vale destacar que isso ocorreu, sobretudo, pelo redirecionamento de parte dos embarques, por questões de navegabilidade das hidrovias do Norte do país, face à forte seca registrada”, conclui.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/04/2024

REGIÃO SUL - GOVERNOS DE SC E DO JAPÃO SE REÚNEM PARA AMPLIAR RELAÇÕES COMERCIAIS

Exportações do Estado para o país asiático saem, em sua maioria, pelo Porto de São Francisco do Sul

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redenenews.com.br



Representantes do Governo de SC e o presidente da SCPAr, Renato Lacerda, receberam Daisuke Asano, conselheiro do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca, do Japão

Representantes do governo de Santa Catarina se reuniram na última semana com autoridades do Japão para discutir relações comerciais envolvendo as exportações brasileiras para o país asiático. A ampliação das relações comerciais com o estado estiveram em pauta.

No encontro estiveram os secretários de Portos, Aeroportos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), Beto Martins, e de Planejamento, Edgard Usuy, além do presidente da SCPAr, Renato Lacerda, que receberam Daisuke Asano, Conselheiro do Ministério da Agricultura, Floresta e Pesca (MAFF), do Japão.

“O estreitamento destas relações será importante para que os negócios entre o Japão e Santa Catarina sejam ampliados. Temos demandas que são de interesse comum e entendemos que juntos poderemos encontrar soluções”, comentou o secretário Beto Martins.

O governo japonês manifestou interesse em ampliar os negócios que já possui no estado, especialmente no Porto de São Francisco do Sul, principal porta de exportação das mercadorias brasileiras ao país.

“A equipe de atração de investimentos da SCPAr já vinha atendendo empresas japonesas com interesse em investir em SC, mas a vinda do representante do Ministério da Agricultura japonês estreita ainda mais os laços entre nosso estado e o Japão e nos permite abrir outras frentes para atração proativa de negócios estratégicos para Santa Catarina”, acrescentou o presidente da SCPAr, Renato Lacerda.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 30/04/2024

REGIÃO SUDESTE - NEBLINA FECHA O CANAL DO PORTO DE SANTOS POR 2 HORAS

Estuário teve navegação suspensa das 7h até às 9h25 nesta terça-feira (30)
Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@rededenews.com.br



Entrada e saída de navios do porto foi suspensa por pouco mais de 2 horas (Foto: APS)

A navegação pelo canal aquaviário do Porto de Santos (SP) ficou paralisada por mais de 2 horas na manhã desta terça-feira (30), devido a forte neblina registrada na Baixada Santista.



De acordo com a Marinha do Brasil, a interrupção foi feita pela Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), às 7 horas, devido a uma forte neblina que atingiu o litoral de São Paulo. O canal foi reaberto somente às 9h20, na condição de praticagem direta.

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos (APS) confirmou a paralisação e informou que às 9h25 o fluxo de navios pelo canal foi normalizado.

Além de interromper a chegada e saída de navios do Porto de Santos, o mau tempo também suspendeu o serviço de travessia de balsas entre os municípios de Santos e Guarujá

O serviço, operado pelo Departamento Hidroviário, órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), foi paralisado por volta das 6h, sendo retomado somente às 8h15, com seis embarcações realizando a travessia entre as cidades.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/04/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

CARGILL VÊ 2º SEMESTRE MOVIMENTADO NA EXPORTAÇÃO DE GRÃOS DO BRASIL APÓS LUCRO RECORDE

Informações: FORBES (30 de abril de 2024)

Pela última estimativa da estatal Conab, a produção em 2023/24 está estimada em 146,52 milhões de toneladas

As safras de soja e milho do Brasil podem surpreender positivamente, apesar dos problemas climáticos iniciais na temporada 2023/24, e a expectativa é de um segundo semestre movimentado nas exportações de grãos, avaliou o presidente da Cargill no país, Paulo Sousa, em entrevista à Reuters.

Por ocasião da divulgação dos resultados da empresa em 2023, quando a companhia registrou lucros e investimentos recordes no Brasil, Sousa avaliou que as revisões na safra brasileira de soja de agora em diante deverão ser feitas para cima, à medida que os resultados de áreas mais tardias, como Rio Grande do Sul e Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), têm sido positivos.

“Nós não reportamos números de safra, mas a visão nossa é que a safra de soja não é tão pior que a do ano passado, porque tivemos problema no começo, em Mato Grosso, mas Matopiba está tendo uma safra muito boa”, disse ele.

“Então há outras regiões que compensam essa quebra que teve em Mato Grosso. Essa é a nossa visão”, disse ele.

Pela última estimativa da estatal Conab, a produção em 2023/24 está estimada em 146,52 milhões de toneladas, decréscimo de 5,2% frente ao recorde do ciclo anterior.

No caso do milho segunda safra do Brasil, que responde por cerca de 75% da colheita do cereal no país, a expectativa também é favorável, ainda que abaixo dos patamares históricos.

“A safrinha não é recorde como no ano passado, mas é muito boa, e tem uma expectativa de um segundo semestre de logística cheia, tanto soja quanto milho sendo exportados”, afirmou Sousa, evitando fazer projeções de volumes da exportação.

No ano passado, o Brasil exportou mais de 100 milhões de toneladas de soja pela primeira vez, enquanto a de milho superou 50 milhões de toneladas no ano, níveis recordes que ajudaram nos resultados da unidade brasileira Cargill.

O volume total de produtos originados, processados e comercializados pela Cargill também cresceu 10 milhões de toneladas de 2022 para 2023, totalizando cerca de 51 milhões de toneladas, principalmente com maiores volumes de soja e milho.

A Cargill registrou lucro líquido recorde de R\$ 2,5 bilhões em 2023 no Brasil, alta de 101% ante 2022. “Com muito orgulho anunciamos o lucro recorde da Cargill no Brasil, marcando nossos 59 anos de presença no Brasil.”

Os resultados da gigante do agronegócio no Brasil foram beneficiados também — além das grandes safras no país — por preços favoráveis no mercado internacional em 2023 e pela quebra severa da colheita na Argentina, tradicionalmente maior exportadora de óleo e farelo de soja.

Isso trouxe uma demanda adicional ao Brasil, fazendo com que as margens de esmagamento de soja atingissem patamares recordes no Brasil, disse Sousa.

Já o investimento da Cargill no Brasil somou R\$ 2,6 bilhões em 2023, alta anual de 116%, com aquisições de processadoras de soja e unidades de biodiesel, afirmou o executivo.

A empresa com sede nos Estados Unidos concluiu em dezembro a aquisição de três plantas de esmagamento de soja e produção de biodiesel no Brasil que anteriormente pertenciam à Granol.

Para 2024, a Cargill projeta lucros e investimentos mais baixos no Brasil, uma vez que não estará presente uma conjunção de fatores impulsionadores dos números de 2023.

O executivo não revelou metas, mas disse que as margens de esmagamento caíram pela metade no Brasil em 2024 em relação às máximas de 2023, com a recuperação da safra da Argentina e preços mais baixos das commodities agrícolas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 30/04/2024

RUMO LANÇA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2023

Informações: Rumo Logística (30 de abril de 2024)

Com a estratégia concentrada em soluções logísticas de baixo carbono, a Rumo contribuiu para evitar a emissão de 6,6 milhões de toneladas de CO² na atmosfera*



Clique aqui e confira o relatório de 2023

https://rumolog.com/wp-content/uploads/2024/04/240424_Rumo_RAS23_v13-1.pdf

A Rumo, a maior operadora logística de ferroviária independente do Brasil, lançou hoje (25) o Relatório de Sustentabilidade 2023. O documento reúne os principais destaques do último ano e contém informações atualizadas sobre os indicadores da companhia, tais como os resultados operacionais, compromissos com o

desenvolvimento sustentável e as iniciativas de responsabilidade social destinadas às comunidades do entorno das operações.

O material tem como objetivo apresentar os principais destaques de 2023, como:



- A primeira e única empresa brasileira do setor de logística a compor duas carteiras do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) – Dow Jones Sustainability World Index e Dow Jones Sustainability Emerging Markets;
- Aumento de 3% no volume total transportado em comparação a 2022;
- Avanço para 26% de mulheres em cargos de liderança;
- Redução de 27% na taxa de acidentes ferroviários; e
- 6,6 milhões de toneladas de emissões de CO2 evitadas na atmosfera, quantidade que seria emitida se caminhões estivessem transportando a carga equivalente.

Segundo Marina Carlini, Diretora de Sustentabilidade e Meio Ambiente, os resultados demonstram que a Rumo só tem a contribuir para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura logística brasileira.

“Nós estamos trilhando uma jornada histórica no setor de infraestrutura nacional e passamos a ser vistos como um player global relevante na agenda de negócios sustentáveis. Esses resultados refletem o trabalho diário dos nossos colaboradores, que entendem que a pauta de sustentabilidade é essencial para a longevidade da companhia e para gerar valor aos nossos projetos e operações”, afirma.

Além desses dados, o documento aborda a Ferrovia Estadual Senador Vicente Emílio Vuolo, que conectará as cidades de Cuiabá, Rondonópolis e Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, ao maior complexo portuário da América Latina, o Porto de Santos (SP).

Esse é o maior projeto de expansão da história da Rumo e o relatório demonstra, em detalhes, que a ferrovia é uma solução segura, eficiente e sustentável para o escoamento da safra da região Centro-Oeste.

Um ano após o início das obras, destacam-se algumas iniciativas para preservar a biodiversidade do entorno da Ferrovia Estadual de Mato Grosso: no total, foram plantadas 60 sementes nativas e mais de 200 mudas; cerca de 551 animais foram salvos pelo programa de resgate à fauna, e a companhia destinou R\$ 22 milhões à preservação de 13 unidades de conservação dentro do estado de Mato Grosso.

O ano de 2023 também foi um marco de iniciativas internas e externas para a história da Rumo: a Companhia investiu um total de R\$ 3,7 bilhões que integram a estratégia de aprimorar sua eficiência logística. Ao todo, foram 77,3 bilhões de toneladas transportadas por quilômetro útil (TKU), impulsionadas pela safra recorde de soja e milho.

Mirando longe com sustentabilidade

Entre as ações voltadas ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades que vivem no entorno das ferrovias, a Companhia realizou investimento total de mais de R\$ 14 milhões, com 169 iniciativas e ações que impactaram 3,8 milhões de pessoas em 115 municípios.

Inovação nos trilhos

Em 2023, a Rumo iniciou os testes em caráter piloto para operar suas duas locomotivas híbridas, as primeiras no Brasil. A aquisição dos ativos é um marco para a Companhia, que investe significativamente em tecnologia e inovação. Fabricadas pela Progress Rail, o consumo de combustível dos equipamentos é 22% menor, em comparação às locomotivas convencionais.

Sobre o Relatório de Sustentabilidade

O relatório também apresenta dados relativos à eficiência energética, emissões específicas, avanços em relação ao investimento social privado, bem como diretrizes de governança, gestão de relacionamento e resultados financeiros de 2023. O documento completo está disponível no link: <https://ri.rumolog.com/sobre-a-rumo/sustentabilidade/>

Sobre a Rumo

A Rumo é a maior operadora privada de ferrovias de carga do país e oferece uma solução logística competitiva, segura e sustentável para suportar o crescimento do agronegócio brasileiro. Cruzamos o Brasil de Norte a Sul, administrando cerca de 13,5 mil quilômetros de ferrovias nos estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Tocantins.

A base de ativos é formada por 1.200 locomotivas e 33 mil vagões. São quase 8 mil colaboradores em todo o Brasil, 10 terminais de transbordo e armazenamento ao longo da malha e 4 terminais portuários nos principais portos brasileiros.

Em 2023, nos tornamos a única empresa brasileira do setor de logística a compor o índice internacional Dow Jones de Sustentabilidade, além de compor pelo terceiro ano consecutivo a carteira do ISE B3, a principal referência no país em reconhecer companhias com as melhores práticas de sustentabilidade.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 30/04/2024

STOLTHAVEN SANTOS RECEBE PRÊMIO DOW DE EXCELÊNCIA OPERACIONAL PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO

Informações: Stolt Nielsen (30 de abril de 2024)



As instalações da Stolthaven Terminals em Santos, Brasil, receberam o prêmio DowGOL de Excelência Operacional em 2023. Este é o terceiro ano consecutivo que o terminal recebe o prêmio de seu cliente de longa data, a Dow – Foto: Stolt Nielsen

O prêmio reconhece os fornecedores de logística da Dow no Brasil pelo excelente desempenho em segurança e atendimento responsável, excelência operacional, experiência do cliente, visibilidade digital e segurança de dados, responsabilidade e governança ambiental e social.

A Dow considerou muitas empresas em todo o Brasil por seu desempenho operacional e iniciativas de sustentabilidade em 2023, tornando a conquista de Stolthaven Santos, pelo terceiro ano consecutivo, particularmente especial. A chave para o sucesso do terminal foi o seu compromisso com a excelência operacional, formação e sustentabilidade, e o seu investimento contínuo em automação e digitalização para melhorar continuamente os serviços aos clientes.

Marcelo Schmitt, Gerente Geral da Stolthaven Terminals Brasil, disse: “Este prêmio não apenas reconhece nosso desempenho operacional exemplar, mas também reafirma nossa posição como líder no armazenamento e manuseio de produtos químicos especializados e fortalece nossa missão de ser o armazenamento mais respeitado prestador de serviços em escala global.

“Ser escolhido pela Dow para cuidar de suas especialidades químicas é uma prova da confiança depositada em nós. Esperamos continuar contribuindo com as cadeias de fornecimento de nossos clientes e buscando constantemente a excelência em nossos serviços. Este reconhecimento nos inspira a continuar inovando e nos esforçando para alcançar ainda mais resultados no futuro.”

Stolthaven Santos também ganhou o prêmio DowGOL de ‘Melhor terminal do Brasil’ em 2023 .

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 30/04/2024

GOVERNO DE SP ANUNCIA PACOTE DE INVESTIMENTOS DE R\$ 1,4 BI PARA O AGRONEGÓCIO

Informações: Invest SP (30 de abril de 2024)



Na abertura da Agrishow, a Secretaria de Agricultura de SP confirma expansão de financiamentos e triplica créditos de ICMS da agroindústria

A abertura da Agrishow foi marcada pela renovação do compromisso do Governo do São Paulo com todos os produtores rurais que empreendem no campo e geram mais riquezas e oportunidades para toda a população. Neste domingo (28), em Ribeirão Preto, o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado, Guilherme Piai, anunciou um pacote de investimentos de R\$ 1,4 bilhão com expansão robusta de financiamentos, serviços e liberação de créditos tributários para o agronegócio.

As medidas do Governo de São Paulo reúnem R\$ 500 milhões em aporte via Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro), R\$ 300 milhões em linhas de crédito e subvenção por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap) e R\$ 600 milhões em créditos de ICMS – valor três vezes maior do que o disponibilizado em 2023.

A iniciativa vai impulsionar ainda mais o agronegócio paulista, responsável por 700 mil empregos diretos e 40% do PIB de São Paulo. O setor registrou alta de 23,4% na balança comercial do primeiro trimestre, atingindo a marca de US\$ 5,44 bilhões. São Paulo também atingiu a liderança em exportação do agronegócio, com alta de 17,8% em vendas que totalizaram US\$ 6,81 bilhões.

“Hoje, demonstramos a força do nosso agro. O Governo de São Paulo está implementando uma série de programas e iniciativas para impulsionar os nossos pequenos e médios produtores, a sustentabilidade do setor e a inovação no campo. Estamos construindo um futuro promissor, com produtividade, qualidade e preservação ambiental”, destacou o secretário estadual de Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piai.

As secretarias de Desenvolvimento e de Agricultura e Abastecimento criaram Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagros) para desenvolvimento de pequenos e médios produtores rurais. A agência de fomento Desenvolve SP fez um aporte inicial de R\$ 500 milhões com expectativa de atrair R\$ 2,5 bilhões em investimentos para o agronegócio de São Paulo.

Os Fiagros terão como foco apoio à inovação e ao empreendedorismo, suporte a projetos e investimentos em infraestrutura e sustentabilidade e facilidade de acesso ao crédito. O edital para selecionar o responsável pela gestão será anunciado nas próximas semanas.

Na política de acesso a crédito, o Feap vai disponibilizar o maior crédito rural da história da administração paulista. Do total de R\$ 300 milhões, o seguro rural ficará com valor recorde de R\$ 100 milhões.

Outros R\$ 60 milhões vão subvencionar a aquisição de até 2,4 mil tratores pelo programa Pró-Trator, podendo entregar dez vezes mais máquinas do que em 2023. Além disso, as linhas de crédito especiais para produtores rurais, pescadores, cacau, greening, produção leiteira e Feap Mulher somam R\$ 140 milhões.

Já a liberação de R\$ 600 milhões em créditos acumulados de ICMS vai incentivar a agroindústria de fabricação de maquinário e produção de proteína animal, promovendo mais desenvolvimento no campo e aquecendo a economia do estado. Os créditos serão liberados em duas novas rodadas do Programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado (ProAtivo).

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento também formalizou na Agrishow o decreto estadual de irrigação, a entrega de títulos rurais, a expansão da conectividade rural com o Projeto SemeAr e incentivos à transição energética com a produção de biocombustíveis.

Ao longo desta semana, o gabinete da pasta estadual também vai funcionar no pavilhão da Agrishow. Diversas equipes de profissionais ligados à secretaria, como coordenadores,



pesquisadores e técnicos dos institutos de pesquisa e desenvolvimento agropecuário foram deslocados para o evento.

Agrishow em números

Mais de 800 marcas nacionais e internacionais apresentam as últimas novidades em tecnologia, inovação e tendências para o agronegócio na 29ª edição da Agrishow, que acontece até o dia 3 de maio para um público estimado de 195 mil pessoas.

Em 520 mil m² de feira, os expositores investem todos os anos para apresentar aos visitantes as soluções mais modernas para auxiliá-los no dia a dia do campo.

Fonte: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governo-de-sp-anuncia-pacote-de-investimentos-de-r-14-bi-para-o-agronegocio/>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 30/04/2024

BALANÇA COMERCIAL REGISTRA SUPERÁVIT DE US\$ 1,078 BI NA 4ª SEMANA DE ABRIL

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (30 de abril de 2024)

No ano, as exportações totalizam US\$ 107 bi e as importações US\$ 78,8 bi, com saldo positivo de US\$ 27,7 bi e corrente de comércio de US\$ 185 bi

Na 4ª semana de abril de 2024, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,08 bilhão e corrente de comércio de US\$ 10,9 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 5,9 bilhões e importações de US\$ 4,9 bilhões.

Esses, e outros resultados foram disponibilizados nesta segunda-feira (29/4) pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).

No mês, as exportações somam US\$ 28,232 bilhões e as importações, US\$ 19,605 bilhões – saldo positivo de US\$ 8,626 bi e corrente de comércio de US\$ 47,837 bi.

No ano, já são US\$ 107 bilhões em exportações e US\$ 78,8 bi de importações, com saldo de US\$ 27,7 bi e corrente de comércio de US\$ 185 bi.

Balança Comercial Preliminar Parcial – 4ª semana de abril/2024

https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html

Comparativo Mensal

Nas exportações, comparadas as médias até a 4ª semana de abril/2024 (US\$ 1,4 bi) com a de abril/2023 (US\$ 1,5 bi), houve queda de 6,2%. Em relação às importações, a queda foi de 7,8% (US\$ 980,27 milhões) em 2024 contra (US\$ 1,06 bi) em 2023.

Assim, até a 4ª semana de abril/2024, a média diária da corrente de comércio totalizou US\$ 2,39 bi e o saldo, também por média diária, foi de US\$ 431,31 milhões. Comparando-se este período com a média de abril/2023, houve queda de 6,9% na corrente de comércio.

Exportações por Setor e Produtos

No acumulado até a 4ª semana do mês de abril/2024, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores pela média diária foi o seguinte: queda de US\$ 132,08 milhões (-26,8%) em Agropecuária; crescimento de US\$ 68,16 milhões (24,1%) em Indústria Extrativa e queda de US\$ 23,59 milhões (-3,3%) em produtos da Indústria de Transformação.

Importações por Setor e Produtos

No acumulado até a 4ª semana do mês de abril/2024, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores pela média diária foi o seguinte: crescimento de US\$ 5,79 milhões (30,1%)



em Agropecuária; queda de US\$ 33,42 milhões (-36,9%) em Indústria Extrativa e queda de US\$ 53,66 milhões (-5,7%) em produtos da Indústria de Transformação.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 30/04/2024

VLI INAUGURA NOVO CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL NO TERMINAL PORTUÁRIO SÃO LUÍS (TPSL)

Informações: Logweb (30 de abril de 2024)

A VLI, companhia de soluções logísticas que integram ferrovias, portos e terminais, acaba de inaugurar seu novo Centro de Controle Operacional (CCO), no Terminal Portuário São Luís (TPSL), na capital maranhense. A nova estrutura tem como foco a excelência operacional, utilizando a tecnologia para dar ainda mais eficiência, agilidade e segurança à operação local, que tem importância estratégica para o escoamento da produção do Matopiba, além dos estados do Pará, Goiás e Mato Grosso, por meio do Corredor Norte, operado pela VLI.

Com a tecnologia do novo CCO, a VLI está automatizando processos, incluindo o controle de estoque nos silos e armazéns. Além disso, foram introduzidos sistemas de automação na descarga e no embarque, juntamente com circuito fechado de TV, para aumentar significativamente os níveis de segurança operacional e permitir o manuseio de volumes ainda maiores com eficiência.

“Nossos investimentos têm como foco a geração de valor ao negócio dos nossos clientes, o que, neste caso, é obtido por meio do incremento da eficiência nos embarques. Os portos do Arco Norte, acessados por meio da Ferrovia Norte-Sul, são o caminho natural para o escoamento da produção da região, por isso têm crescido cada vez mais em importância para a pauta de exportações brasileiras. A VLI é parceira deste desenvolvimento”, informa gerente-geral de Terminais e Portos do Sistema Norte da companhia, Douglas Marques.

No TPSL, são realizadas as operações de descarga ferroviária de soja e milho, ferro gusa e manganês, como também é realizado o embarque de navios com esses mesmos produtos.

A nova estrutura reflete o compromisso da VLI em fortalecer a infraestrutura da região. Recentemente, a empresa adquiriu 168 vagões Hopper HTT e três locomotivas para operar na Ferrovia Norte-Sul, em um investimento de aproximadamente R\$ 200 milhões. Os vagões já estão operando no transporte da atual safra.

Além disso, no último ano, a companhia registrou recorde de movimentação de carga no Corredor Norte, com 14,5 bilhões de TKU (toneladas por quilômetro útil) no trecho, contra 14,1 bilhões em 2022, recorde anterior. No último ano, a companhia também registrou seu melhor resultado no Terminal Portuário São Luís, com 5,6 milhões de toneladas movimentadas, contra 5,4 milhões em 2022.

O que é o CCO?

O CCO é uma sala equipada com câmeras de monitoramento que supervisiona todas as operações portuárias, incluindo a movimentação de pessoas e máquinas, além de coordenar frentes de operações e manutenção. Funcionando como um centro de comando centralizado, o CCO controla a inicialização de equipamentos, gerencia fluxos de comunicação com a ferrovia, opera e mantém o porto, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e as agências marítimas.

A sala do Centro de Controle Operacional foi reestruturada para realizar a melhor performance dos controladores. Nela, é feita a supervisão dos equipamentos, e dos sistemas de rádio comunicação e Tecnologia da Informática.

Agilidade na fila de navios

O gerente geral destaca que o CCO impacta positiva e diretamente na fila de espera de navios, no Terminal Portuário São Luís. “O Centro de Controle Operacional é a cabeça e o coração do porto. Ele nos dá uma fila de navios saudável, garantindo que a atracação e desatracação dos navios ocorram conforme o planejamento”, conclui.

O Corredor Norte da VLI

A VLI opera na região por meio do Corredor Norte, que percorre os estados do Tocantins e do Maranhão pelo tramo norte da Ferrovia Norte-Sul, controlado pela companhia, e pela Estrada de Ferro Carajás, onde a VLI opera por direito de passagem para chegar ao sistema portuário de São Luís. O corredor conta, ainda, com três terminais integradores, instalados em Palmeirante e Porto Nacional, no Tocantins, e em Porto Franco, no Maranhão.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 30/04/2024



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

HIDROGÊNIO VERDE JÁ COMPETE COM O CINZA, DIZ CEO DA WHITE MARTINS

Altas no preço do gás natural encarecem hidrogênio fóssil, enquanto o de origem renovável vai se tornando mais competitivo

Por Gabriel Chiappini/Gabriel Chiappini 30 de abril de 2024 Em Entrevista, Hidrogênio, Transição energética



Gilney Bastos, CEO da White Martins (Foto: Divulgação)

RIO — Para a White Martins, líder brasileira no setor de gases industriais, o hidrogênio verde – produzido por meio da eletrólise com energia renovável – já é competitivo em comparação ao cinza – produzido por meio da reforma do gás natural.

Em entrevista à agência epbr, o CEO da companhia, Gilney Bastos, afirma que a produção tradicional através de SMR – os reformadores –

ficou cara por conta do alto preço do gás natural hoje comercializado no mercado.

“Temos a situação do gás natural com pouca competitividade no país e no mundo, em função da situação geopolítica. O gás natural está muito caro”, comenta.

Outro fator é o ambiental. Na avaliação do CEO, o gás natural deveria ser usado para descarbonizar atividades industriais, e não para produção de hidrogênio cinza, intensivo em emissões de carbono.

“Não vejo futuro no hidrogênio cinza (...) O que você vai fazer? Você vai jogar o carbono todo na atmosfera. É um uso ruim do gás natural”.

Renováveis competitivas



Na semana passada, a companhia deu mais um passo em sua estratégia de produção e comercialização de hidrogênio verde no Brasil, e anunciou a construção de uma segunda planta, desta vez em Jacareí (SP), para fornecer hidrogênio verde à Cebrace, uma indústria de vidro.

A primeira, de menor porte, está em operação há cerca de um ano em Pernambuco, e atende a uma indústria alimentícia.

“A competitividade do produto é a mesma, do hidrogênio cinza e do verde”, contou o executivo. “O preço [do hidrogênio verde] eu não posso divulgar, mas com certeza ele é competitivo”.

Bastos explica que a companhia conseguiu “negociações muito boas” em contratos de autoprodução do mercado livre de energia brasileiro, que garantiram energia renovável a um custo competitivo, viabilizando a produção de hidrogênio verde.

A White Martins possui participação societária no Complexo Solar Futura I, da Eneva, localizado no município de Juazeiro, na Bahia, e outro acordo com a Omega Energia, para participação conjunta no Parque Eólico Chuí, no Rio Grande do Sul.

“Estamos com 230 megawatts médios de energia 100% renovável. Ela é uma mistura de solar com eólica. Um mix de 130 com 100. Ela nos dá uma confiabilidade altíssima, 100% renovável”.

O CEO afirma que esse blend de eólica e solar permite o funcionamento permanente do eletrolisador, o que ficou comprovado na operação da planta de Pernambuco.

A nova planta de Jacareí deve entrar em operação em 2025, e espera produzir em um primeiro momento 800 toneladas de hidrogênio por ano.

Cerca de 20% desse volume será destinado à Cebrace, por meio de um gasoduto 100% dedicado a hidrogênio verde que está em construção, e outros 80% estarão disponíveis para outras indústrias interessadas na região Sudeste.

“Vamos fornecer para eles dentro de um contrato novo que a gente renovou. Eles já são clientes nossos de hidrogênio há muito tempo. Mas a gente fez uma renovação agora por mais cinco anos. Eles vão receber por gasoduto, eles recebiam por tube bundle. Agora é gasoduto 100% verde. E a gente vai ter um excedente de 70% ou 80% da produção da planta para poder comercializar no mercado”.

A planta pode ser expandida de acordo com a demanda. Entre os principais segmentos industriais interessados no hidrogênio verde, Bastos destaca a siderurgia, papel e celulose, alimentos, química e petroquímica.

“Temos visto uma demanda, uma conversa muito grande (...) Vemos muitos segmentos com clientes querendo investir na descarbonização. Entregar ao mercado um produto mais verde. Também vemos interesse do país na economia de baixo carbono”.

Quem serão os primeiros consumidores de hidrogênio verde no Brasil?

Marco legal para o hidrogênio

O anúncio da nova planta chega em meio às discussões no Congresso Nacional para aprovação de um marco legal para o hidrogênio, e a inclusão de subsídios que façam frente a incentivos dados em outras regiões do mundo como nos Estados Unidos e Europa, que competem com o Brasil na atração de investimentos privados.

Segundo Bastos, os projetos da White Martins se mantêm mesmo sem incentivos, desde que a demanda pelo hidrogênio verde esteja garantida. Ele cita como exemplo o leilão da Alemanha, o H2Global, que subsidia parte da diferença de custo do hidrogênio verde importado.



“Eles dão muito subsídio, mas eles também não dão tudo. Eu acho que isso vai se dar no momento que alguém precisar. Realmente não tem mais como ficar queimando carvão e diesel. E aí, essas coisas vão se materializar e o projeto [de hidrogênio verde] para de pé”, explica.

Na avaliação do executivo, o mais importante é que o marco traga regras claras e definições capazes de dar segurança jurídica aos investidores.

“É importante que haja uma regulamentação no setor, para a gente saber o que é a certificação. Qual é a certificação? Quais são os requisitos oficiais? A gente tem que ter uma norma. A gente tem que ter uma política correta”, defende.

“Não vou falar de incentivo. Mas esse país tem visibilidade que isso pode ser muito favorável a médio, longo prazo. Ele pode dar um pontapézinho”.

Hidrogênio para exportação e CCS

Além do mercado interno, a White Martins explora oportunidades de exportação, em projetos de larga escala.

“Tem realmente muitos memorandos de entendimento. Tem outros novos, sendo assinados, mas o mais importante é que nenhum deles está parado”.

A companhia também olha para a produção de derivados, como metanol e amônia, e afirma que os consórcios no Pecém (Ceará) e no Porto do Açu (Rio de Janeiro) estão avançando.

Com a visão de que parcerias entre empresas de energia e complexos portuários são o passaporte para exportação do produto, a White Martins também estuda projetos no Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, conta o CEO.

Outra tecnologia em estudo é a captura e armazenamento de carbono (CCS).

Um dos projetos é em parceria com a Schlumberger, nos Estados Unidos. Bastos revela que também há conversas com a Petrobras para discutir oportunidades de negócios neste sentido.

“O papel da White Martins é executar, colocar tecnologia de captura de carbono a serviço de qualquer cliente que nos procure e fazer a captura e a destinação dele nas cavernas, dependendo da geologia.”

O CCS é uma maneira de viabilizar a produção do hidrogênio azul – aquele produzido a partir da reforma do gás natural, porém com a captura e armazenamento do carbono.

Entretanto, o executivo acha que o Brasil vai partir diretamente para o hidrogênio verde.

“No Brasil, vamos partir mais para o hidrogênio verde diretamente do que para o hidrogênio azul por causa da facilidade que a gente tem de energia renovável”.

Segundo ele, o hidrogênio azul é uma aposta de quem não tem acesso a energia renovável competitiva, mas precisa reduzir as emissões de carbono.

“Quem tem dificuldade de energia renovável vai ter que pagar um preço muito alto por ela, então, começa a não ser viável você fazer um projeto de hidrogênio verde. Aí começam a investir em questões paliativas que é o azul”.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 30/04/2024

PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA PETROBRAS CAI 5,4% NO 1º TRIMESTRE

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política
Por epbr 30 de abril de 2024 Em Comece seu Dia, Mercado offshore, Petróleo e gás



Produção de petróleo em plataforma da Petrobras (Foto: Agência Petrobras)

A Petrobras produziu uma média de 2,776 milhões de barris por dia (bpd) de óleo, gás natural e condensado no primeiro trimestre deste ano, uma queda de 5,4% em relação ao período anterior.

- A redução foi puxada, segundo a empresa, por paradas de manutenção de plataformas e pelo declínio dos campos maduros da Bacia de

Campos.

- No pré-sal, a produção de óleo foi 4,1% mais baixa que no último trimestre de 2023, com média de 1,857 milhão de bpd. Houve maior contribuição dos FPSOs Almirante Barroso e P-71, do ramp-up do FPSO Sepetiba e da entrada em produção de 2 novos poços de projetos complementares no campo de Tupi, na Bacia de Santos.
- Já no pós-sal, a queda foi de 11,6% em relação ao trimestre anterior, com uma média de 343 mil bpd.

Em comparação a um ano antes, a produção de óleo e gás da Petrobras aumentou 3,7% no primeiro trimestre de 2024, impulsionado pelos FPSOs Almirante Barroso, P-71, Anna Nery, Anita Garibaldi e Sepetiba, além da entrada em produção de 19 novos poços de projetos complementares nas Bacias de Campos e Santos.

A entrega de gás nacional no primeiro trimestre caiu 2 milhões de m³/dia em relação ao trimestre anterior, por conta de intervenção programada na Rota 1 (Plataforma de Mexilhão) realizada ao longo do mês de março, tendo sido compensada com importação de gás da Bolívia e de GNL.

- Também houve redução de 2 milhões de m³/dia na venda de gás, principalmente em decorrência da menor necessidade de despacho termelétrico, que caiu 28,3%.

As vendas de gasolina e diesel no primeiro trimestre caíram 4,9% em relação ao período anterior.

- A maior queda foi do diesel (7,6%), influenciada pela sazonalidade no consumo e o aumento da mistura obrigatória de biodiesel de 12% para 14% em março de 2024.
- No caso da gasolina, as vendas caíram 5,2%, também pela sazonalidade, e pela perda de participação para o etanol hidratado no abastecimento dos veículos flex.

Leia o relatório completo.

Os bastidores da eleição de minoritários na Petrobras. Bancos acionistas reconduziram conselheiros minoritários mesmo com ressalvas da governança interna, além de renovar a terceira cadeira no conselho de administração da estatal. Entenda.

Petróleo em baixa. Os contratos futuros de petróleo caíram nesta segunda-feira (29/4), com o arrefecimento das tensões no Oriente Médio.

– O barril de petróleo WTI para junho fechou em baixa de 1,45%, a US\$ 82,63, na New York Mercantile Exchange (Nymex). O Brent para julho recuou 1,14%, para US\$ 87,20 o barril, na Intercontinental Exchange.



Petrobras volta a contratar sondas terrestres. A estatal lançou uma licitação para a contratação de quatro sondas para perfurar em campos onshore na Bahia e no Amazonas. Os equipamentos terão capacidade de alcançar 4.000m de profundidade e devem começar a operar no segundo semestre de 2025.

PetroReconcavo começa a estruturar UPGN própria. Com a suspensão das negociações com a 3R Petroleum, a empresa assinou um memorando de entendimentos com a Enerflex, para estudar a viabilidade técnico-econômica de uma unidade de processamento de gás natural no Rio Grande do Norte. Leia na epbr.

Refinarias querem aumento de royalties sobre petróleo. Diante da demora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em revisar a metodologia de cálculo dos preços de referência, deputados de estados e municípios que recebem royalties se mobilizam para resolver a questão no Legislativo, e assim garantir o aumento na arrecadação, com o apoio das refinarias privadas. Entenda.

Petrobras e Abiquim assinam acordo. A estatal assinou um protocolo de intenções com a Associação Brasileira da Indústria Química para explorar oportunidades em gás natural e energia. O acordo visa identificar novos negócios para a estatal e associados da entidade, com vigência de um ano e opção de extensão.

Diálogos da Transição. Pesquisa da Aggreko com os setores elétrico e de infraestrutura latino-americanos descobriu que a transição energética é vista como uma oportunidade para 65% dos entrevistados, mas, para 35%, o avanço de fontes renováveis depende de investimento estrutural. Veja os detalhes.

Raízen faz acordo para estimular eletromobilidade em Minas Gerais. A Raízen Power, marca dedicada à eletricidade renovável da companhia, firmou um acordo com o governo mineiro para apoiar políticas públicas relacionadas à eletromobilidade, incluindo estudos de viabilidade técnica para infraestrutura de recarga e apoio institucional para o desenvolvimento do setor elétrico. Leia na epbr.

Opinião: Hidrogênio, a bala de prata da transição? Brasil explora potencial do hidrogênio verde, enfrentando altos custos e desafios de infraestrutura, escreve Stefania Relva, na coluna A transição explicada.

G7 discute fim do carvão em 2035. Os ministros de Energia dos países do G7, que se reúnem na Itália nesta semana, estão discutindo a definição de um prazo comum de 2035 para o fechamento de suas usinas de energia movidas a carvão, apurou a Reuters.

Custo de painéis solares cai no primeiro trimestre. O preço médio da instalação de um sistema de geração solar fotovoltaico no Brasil no primeiro trimestre de 2024 foi de R\$ 2,76 por watt-pico (Wp), queda de 5% em relação ao trimestre imediatamente anterior, segundo levantamento da Solfácil. Veja os detalhes do estudo.

Rio+Saneamento inaugura usina solar. A concessionária de água e esgoto começou a operar uma planta fotovoltaica de 5 MW de capacidade em Seropédica, na Região Metropolitana do Rio, como parte da estratégia de chegar a 100% de energia renovável nas operações até 2025. Leia na epbr.

MME libera verba de pesquisa para baixar tarifa. O Ministério de Minas e Energia publicou portaria nesta segunda-feira que destina investimentos obrigatórios em pesquisa, desenvolvimento e eficiência energética das distribuidoras para a redução dos reajustes na conta de luz. O alvo é o Amapá, que deve receber R\$ 50 milhões para mitigar o reajuste aprovado para a distribuidora CEA Equatorial, de 34%.



JORNAL O GLOBO – RJ

MERCADO DE TRABALHO DEVE CONTINUAR FAVORÁVEL, MAS GERANDO EMPREGOS POUCOS QUALIFICADOS, DIZ ECONOMISTA

João Saboia avalia que rendimento do trabalhador deve continuar em alta, mas mudança no perfil de vagas depende de crescimento maior da economia

Por Luciana Casemiro

Há boas notícias para celebrar o Dia do Trabalho, o Brasil tem a menor taxa de desemprego num primeiro trimestre em dez anos, segundo o IBGE. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho, apontam um geração de vagas de emprego formal 33,9% maior do que no primeiro trimestre no passado. Mas o que vem pela frente? O economista João Saboia, professor do emérito do Instituto de Economia da UFRJ, diz que o mercado de trabalho deve continuar favorável, no entanto, a regra geral se manterá: empregos pouco qualificados e com baixa remuneração.

- Como o crescimento do PIB deve continuar baixo nos próximos anos, acho perfeitamente possível que continue havendo geração de empregos de baixa qualidade no futuro próximo. Com isso a taxa de desemprego pode continuar caindo. Como a inflação deve continuar baixa e o salário mínimo real vai continuar aumentando, o rendimento médio do trabalho deve continuare favorável. Em resumo, dentro desse contexto o mercado de trabalho deve continuar favorável. Mas trata-se de um mercado que gera empregos de baixa qualidade em grande número.- diz Saboia.

A mudança nesse cenário, diz o professor, não é nada trivial e depende de mudanças no patamar de crescimento da economia brasileira e de investimento em educação:

- Estou trabalhando na questão da produtividade que está estagnada desde 2012. Nossos modelos associam com clareza a produtividade com os investimentos e o nível de escolaridade dos trabalhadores. Para crescer com qualidade a economia precisa crescer, os investimentos serem recuperados e a educação da população melhorar. Isso é o básico para o mercado de trabalho melhorar gerando bons empregos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/04/2024

G20 NO BRASIL DEBATE RISCOS E OPORTUNIDADES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM 'LIVE'

Evento terá transmissão ao vivo a partir das 9h desta quinta-feira

Por O GLOBO



Robô Ameca, movido por inteligência artificial no Mobile World Congress (MWC) na Feira de Barcelona, Espanha — Foto: Angel Garcia/Bloomberg

Os jornais O GLOBO e Valor e a rede de rádio CBN vão realizar nesta quinta-feira (02/5), às 9h, a live “Inteligência Artificial (IA): os riscos e oportunidades da nova corrida do ouro tecnológica”. O debate faz parte do G20 no Brasil, projeto especial de cobertura dos eventos que marcam a presidência brasileira do grupo de

grandes economias do planeta.

O frenesi em torno dos sistemas de inteligência artificial, especialmente após a popularização dos modelos de IA generativa, levou governos, academia e sociedade civil a discutirem caminhos para regulamentar a tecnologia.

Diante de todos os riscos e oportunidades trazidos pela IA, especialistas tecem caminhos possíveis para construir uma legislação que evite mecanismos de manipulação na produção e disseminação de conteúdo, sem deixar de garantir que a inovação esteja a serviço do bem coletivo.

Acompanhe a 'live'

Os interessados podem acompanhar a 'live' pelo link abaixo.



https://youtu.be/hQk_6QRZ6GU

Nesta "nova corrida do ouro", é preciso compreender como governos, setor privado e sociedade civil poderão reequilibrar o jogo — que se insere no contexto mais amplo dos países sobre desenvolvimento digital, incluindo temas como conectividade, velocidade de acesso à internet e capacidade de armazenamento de dados.

Neste debate, especialistas destrincharão os pontos sensíveis da regulação da IA e apontarão meios para combinar a proteção dos cidadãos e da democracia com a inovação e avanço tecnológico.

Participarão das discussões Luciana Santos, ministra de Ciência de Tecnologia e coordenadora do subgrupo de IA do GT de Economia Digital do G20; Bruno Bioni, diretor-fundador da Data Privacy Brasil e copresidente de Transformação Digital Inclusiva do T20; e Fernando Ferreira, doutor em inteligência computacional pela UFRJ e pesquisador do Netlab UFRJ.

A moderadora do debate será a jornalista Juliana Causin, repórter do GLOBO.

O projeto G20 no Brasil tem o governo do Rio de Janeiro como Estado anfitrião, o município do Rio, capital do G20, como cidade anfitriã, e patrocínio da JBS. A iniciativa é dos jornais O GLOBO e Valor e da rede de rádio CBN.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/04/2024

HADDAD AFIRMA QUE APROVAÇÃO DO PERSE MOSTRA CAPACIDADE DE ENTENDIMENTO ENTRE LEGISLATIVO E EXECUTIVO

Após negociação conturbada do programa que beneficia os setores de turismo e eventos, Ministro da Fazenda agradeceu a Arthur Lira e Rodrigo Pacheco

Por Ana Flávia Pilar — São Paulo



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Samuel Corum/Bloomberg/18-04-2024

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deu uma coletiva em São Paulo na noite desta terça-feira, pouco depois da aprovação do Perse pelo Senado, na qual elogiou a versão do projeto aprovada pelos congressistas. Após uma negociação que provocou atrito entre o governo e os parlamentares, o texto que segue para a sanção presidencial reduziu os gastos do programa, uma demanda



da pasta. O Perse, uma isenção fiscal que beneficia os setores de turismo e eventos, custará 15 bilhões até 2026.

- (Quero) agradecer mais uma vez a Câmara e ao Senado pelo fato de terem aprovado essa restrição que foi feita ao Perse, com regras que filtram o programa, estabelecem uma governança e o colocam dentro do orçamento - afirmou o ministro.

Mais cedo, a relatora do texto, Daniella Ribeiro (PSD-PB), havia publicado um relatório anterior que encarecia o programa em cerca de R\$ 2 bilhões, mas o governo negociou para retirar a sugestão.

- Nós tínhamos um orçamento para o Perse e a Receita apontou que ele superou, em renúncia, as expectativas de quando foi aprovado. Ele custava alguma coisa de R\$ 13 bilhões e a Receita suspeita que o número possa ser o dobro disso, devido ao fato de que o número de 13 bilhões era informado pelo contribuinte a partir de declaração acessória, que não era uma obrigação que necessariamente todo contribuinte cumpriu - explicou o ministro. - Estávamos com um programa de R\$ 13 bilhões de renúncia e agora estamos com um programa de R\$ 5 bilhões de renúncia por ano.

No aceno aos congressistas, Haddad citou os presidentes das casas legislativas. Mais cedo, Rodrigo Pacheco, que comanda o Senado, afirmou que o fato de o governo ter recorrido ao STF enquanto as negociações políticas sobre os tema ainda estavam em curso foi "um erro".

- Eu agradeço tanto ao Arthur Lira como ao Rodrigo Pacheco, que disciplinaram e moralizaram um programa que estava dando muito problema, não por culpa do Congresso, mas porque o desenho permitia que ele fosse burlado e isso foi definitivamente corrigido. Todas as empresas agora precisam se habilitar - destacou Haddad.

Sobre a judicialização das negociações, Haddad afirmou que a iniciativa do governo teria sido motivada por pareceres jurídicos:

- A gente vai aprender com o episódio. Estamos sempre abertos a aperfeiçoar a nossa relação. O governo não tem dificuldade de relacionamento com as duas casas, muito pelo contrário. Estamos construindo essa agenda, mas há atos vinculantes. Um parecer da Advocacia Geral da União, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sugerindo a inconstitucionalidade do ato, ela vincula o poder executivo. Amanhã você pode responder por omissão, por irresponsabilidade fiscal. Você não tem a liberdade que as pessoas imaginam. Esses pareceres são do governo anterior, inclusive. Nem foram elaborados por esse governo. Nós estamos vinculados a pareceres sólidos sobre essa matéria, e nós não podemos pecar por omissão, sob pena de responsabilização.

Ao final, Haddad afirmou que houve "entendimento" entre executivo e legislativo:

- Ao colocar o programa numa linha correta, com começo, meio e fim, com valor carimbado, destinado por local certo, foi a negociação possível, o que demonstra capacidade do executivo e do legislativo se entenderem.

Entenda o programa

O Perse atenderá 30 setores, entre bares, restaurantes, hotéis e eventos corporativos. Os incentivos abrangem quatro impostos federais IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. A isenção total permanece em 2024. O benefício será aplicado para empresas de lucro real ou presumido. No entanto, a relatora determina que para as companhias de lucro real seja retomada a cobrança integral de IRPJ e CSLL em 2025 sobre o lucro.

Para essas empresas, o incentivo fiscal que zera os impostos permaneceria apenas sobre cobranças de PIS e Cofins, até 2026. Já para as empresas de lucro presumido, permanece a isenção total, sobre os quatro impostos, também até 2026.

A proposta ainda prevê que a Receita Federal publicará, bimestralmente, relatório de acompanhamento do benefício contendo os valores do benefício fiscal.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 30/04/2024

MINISTRO USA PRONUNCIAMENTO DE 1º DE MAIO NA TV PARA EXALTAR DADOS DE GERAÇÃO DE EMPREGO

Luiz Marinho ressaltou geração de empregos, aumento de salário mínimo e política para igualdade salarial entre gêneros
Por O GLOBO



Luiz Marinho, Ministro do Trabalho. — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, usou o pronunciamento em canais abertos em TV e rádio sobre o Dia do Trabalho, celebrado neste 1º de maio, para ressaltar a geração de empregos com carteira assinada e o aumento do salário mínimo no país.

--- Dia de comemorar a geração recorde de empregos com carteira assinada. Nos primeiros três meses desse ano, geramos 720 mil empregos, 34% a mais do que o mesmo período do ano passado --- disse o ministro.

O mercado formal de trabalho fechou o primeiro trimestre deste ano com a criação de 719 mil empregos, considerando contratações menos demissões. O resultado representa alta em relação ao registrado no mesmo período do ano de 2023, quando os novos postos com carteira assinada atingiram 536,8 mil. Desde o início do governo, afirmou Marinho, foram assinados 2,19 milhões de empregos com carteira assinada.

--- Amanhã é dia de comemorar também a valorização real do salário mínimo, que voltou a subir acima da inflação. A valorização de todos os salários, das mais diversas categorias profissionais, que também foram reajustados acima da inflação --- declarou o ministro.

O novo salário mínimo começou a valer oficialmente no dia 1º de janeiro. O piso subiu para R\$ 1.412, com um reajuste de 6,97% sobre o valor vigente em 2023, que era de R\$ 1.320. Com isso, para a maioria dos trabalhadores, o primeiro pagamento atualizado — referente aos dias trabalhados neste mês de janeiro — aconteceu em fevereiro de 2024.

Marinho também exaltou a aprovação da reforma tributária no Congresso Nacional em 2023, afirmando que a reforma irá "baratear os preços dos alimentos", além da igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem as mesmas funções e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos.

--- Compromisso de chegarmos em 2026 com isenção para quem ganha até R\$ 5 mil reais --- completou.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 30/04/2024

PERSE EXCLUI TRANSPORTES, MUSEUS E ALBERGUES; VEJA SETORES QUE PERDERAM E OS QUE FICARAM COM BENEFÍCIO

Projeto que prorroga o benefício foi aprovado no Senado e agora vai para sanção do presidente Lula
Por Victoria Abel — Brasília



Bares foram mantidos com benefício — Foto: Alex Ferro

O Senado aprovou nesta terça-feira projeto que reduz a quantidade de empresas beneficiadas pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e prorroga o programa. O texto não sofreu mudanças em relação ao que foi votado pelos deputados e, como já foi aprovado pela Câmara, seguirá para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A relatora do texto, Daniella Ribeiro (PSD-PB), voltou atrás e manteve o limite de R\$ 15 bilhões disponibilizado para o programa até 2026. Em relatório anterior, publicado nesta terça-feira, a senadora havia acrescentado a correção do valor pela inflação. Mas, como o impacto seria de cerca de R\$ 2 bilhões a mais, o governo negociou para retirar a sugestão.

Veja os setores excluídos:

- Albergues, exceto assistenciais
- Campings
- Pensões (Alojamento)
- Outros alojamentos não especificados anteriormente
- Produtora de filmes para publicidade
- Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
- Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
- Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
- Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal
- Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional
- Transporte marítimo de cabotagem - passageiros
- Transporte marítimo de longo curso - passageiros
- Transporte aquaviário para passeios turísticos
- Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares

Veja os setores mantidos

- Hotéis
- Apart-hotéis
- serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê
- atividades de exibição cinematográfica
- criação de estandes para feiras e exposições
- atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarinos
- filmagem de festas e eventos
- agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
- aluguel de equipamentos recreativos e esportivos
- aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes
- serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente
- serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
- casas de festas e eventos
- produção teatral
- produção musical
- produção de espetáculos de dança
- produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares
- atividades de sonorização e de iluminação

- artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente
- gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas
- produção e promoção de eventos esportivos
- discotecas, danceterias, salões de dança e similares
- restaurantes e similares
- bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento
- bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento
- agências de viagem
- operadores turísticos
- atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
- parques de diversão e parques temáticos
- atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

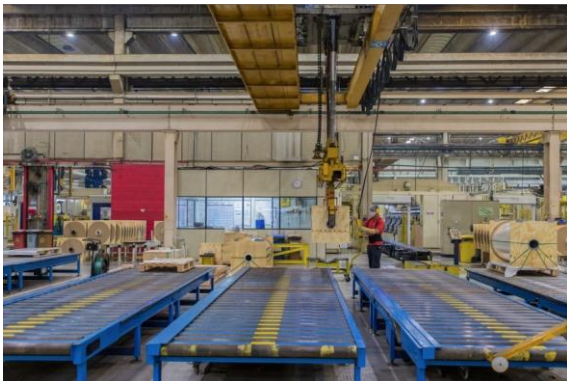
Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 30/04/2024

SENADO APROVA PROJETO PARA ESTIMULAR MODERNIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

Aprovado na Câmara, texto segue para sanção presidencial

Por *Victoria Abel — Brasília*



Indústria terá incentivo para compra de equipamentos — Foto: Edilson Dantas/Agência O Globo

O Senado aprovou nesta terça-feira um projeto de lei que permite que empresas façam a depreciação acelerada de máquinas, equipamentos e aparelhos com uma renúncia fiscal limitada a até R\$ 1,7 bilhão.

Já aprovada na Câmara, a proposta segue para análise do presidente Lula.

Encabeçada pelo vice-presidente e ministro da Indústria, Geraldo Alckmin, o projeto pretende estimular a modernização da indústria nacional, com a aquisição de novos equipamentos pelas fábricas.

Por meio desse projeto, a indústria pode abater o valor de um bem adquirido nas declarações futuras de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Isso alivia o pagamento de imposto e ajuda na renovação do parque industrial.

Pela proposta, a indústria poderá utilizar da depreciação para os bens que foram adquiridos até 31 de dezembro de 2025.

Segundo estudo realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan), o projeto de lei pode ter o impacto de 1,6% sobre o PIB do setor nos próximos cinco anos

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 30/04/2024

PERSE: SENADO PRORROGA BENEFÍCIO A SETOR DE EVENTOS AO CUSTO DE R\$ 15 BI ATÉ 2026; TEXTO VAI PARA SANÇÃO DE LULA

Em relatório anterior, Daniella Ribeiro havia acrescentado a correção do valor pela inflação

Por *Victoria Abel — Brasília*



Plenário do Senado Federal — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O Senado aprovou nesta terça-feira o projeto de lei que limita o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e reduz seu alcance, atendendo a menos segmentos da economia. Ainda assim, o programa será mantido até 2026 ou até atingir um custo de R\$ 15 bilhões. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que defendia o fim do programa neste ano, vinha negociando a proposta nos últimos dias e agradeceu ao Senado e à Câmara pelo avanço do texto

— que agora vai para sanção presidencial.

Haddad negociou o projeto até pouco antes da votação. A relatora do texto, Daniella Ribeiro (PSD-PB), desistiu de adicionar a correção pela inflação do teto de R\$ 15 bilhões, valor que foi negociado pela Fazenda com parlamentares para mitigar o impacto do programa. A mudança levaria a uma alta de cerca de R\$ 2 bilhões em renúncia de receitas e obrigaria o texto a voltar à Câmara.

A senadora afirmou que houve um apelo do governo para não alterar o texto, com um compromisso de que ele não fosse vetado, além de preocupação dos próprios setores beneficiados. Os empresários querem que a matéria seja sancionada antes da virada do mês, impedindo o retorno da tributação.

— Havia uma preocupação dos setores quanto à demora, na volta para a Câmara. Houve também um apelo do governo, que se comprometeu a não vetar — disse a relatora.

Governo queria 12 setores

Pelo projeto aprovado na Câmara e chancelado pelo Senado, serão beneficiadas 30 atividades (considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômica), numa redução do que foi aprovado pelo Congresso no ano passado (44) e aumento do que o Executivo havia proposto em março (12 deles).

Após a aprovação, Haddad elogiou o Congresso. Nos últimos dias, ele vinha cobrando responsabilidade fiscal de parlamentares e a limitação do Perse foi uma das principais propostas negociadas pela equipe da Fazenda.

— (Quero) agradecer mais uma vez à Câmara e ao Senado pelo fato de terem aprovado essa restrição que foi feita ao Perse, com regras que filtram o programa e estabelecem uma governança e o colocam dentro do Orçamento — afirmou.

Haddad disse que o programa estava custando R\$ 13 bilhões e agora passará a ter um impacto de menos da metade disso, de R\$ 5 bilhões por ano.

— A Câmara e o Senado, e eu agradeço tanto ao Arthur Lira (presidente da Câmara) como ao Rodrigo Pacheco, (presidente do Senado), disciplinaram e moralizaram um programa que estava dando muito problema. Não pelo Congresso, mas porque o desenho permitia que ele fosse burlado e isso foi definitivamente corrigido. Todas as empresas agora precisam se habilitar — disse o ministro.

No meio das negociações para o avanço da medida, Haddad disse que havia indícios de irregularidades no Perse e que a Receita Federal apura o ocorrido.

Ao final, Haddad afirmou que houve “entendimento” entre Executivo e Legislativo:



— Ao colocar o programa numa linha correta, com começo, meio e fim, com valor carimbado, destinado por local certo, foi a negociação possível, o que demonstra capacidade do Executivo e do Legislativo se entenderem.

As mudanças no programa foram aprovadas após uma série de costuras políticas e resistência do ministro da Fazenda. O último ponto foi acordado entre o governo e a relatora da proposta no início da tarde de ontem. Haddad e a senadora conversaram por telefone e o ministro se comprometeu a não pedir o veto presidencial à proposta, além de liberar a bancada governista para apoiar o projeto em votação simbólica. Tudo para que o prejuízo não ficasse ainda maior, com a correção dos R\$ 15 bilhões pela inflação, até 2026.

Os incentivos abrangem quatro tributos federais: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS e Cofins. A isenção total desses impostos permanece em 2024. O benefício será aplicado para empresas de lucro real ou presumido. No entanto, o projeto determina que para companhias de lucro real seja retomada a cobrança integral de IRPJ e CSLL em 2025 sobre o lucro.

Para essas empresas, o incentivo fiscal que zera os impostos permaneceria apenas sobre cobranças de PIS e Cofins, até 2026. Já para as empresas de lucro presumido permanece a isenção total, sobre os quatro impostos, também até 2026. A proposta ainda prevê que a Receita Federal publicará, bimestralmente, relatório de acompanhamento do benefício contendo os valores do benefício fiscal.

Criado em 2021

O Perse foi criado em 2021, durante a Covid-19, para auxiliar profissionais que trabalham com eventos. Em uma primeira regulamentação do programa, no mesmo ano, o então Ministério da Economia, no governo anterior, chegou a incluir 88 setores no benefício de isenção de impostos. Esse número foi reduzido em seguida, em 2023, quando o Congresso aprovou medida enxugando a isenção fiscal para 44 setores.

Em dezembro de 2023, porém, o governo Lula decidiu acabar com o programa por meio de uma medida provisória. A MP estabelecia o fim do Perse para abril de 2024. Os parlamentares, porém, sinalizaram que a MP não seria analisada e perderia validade. Foi quando Haddad formulou um projeto de lei e o enviou à Câmara, com uma proposta mais suave: mantendo 12 setores com o benefício, que acabaria de forma gradual até 2026.

Nas mãos da relatora Renata Abreu (Podemos-SP), na Câmara, o projeto ampliou o auxílio para 30 setores, manteve isenção dos impostos até 2026 e criou o limite de gastos de R\$ 15 bilhões. O formato, apesar de mais permissivo que o inicialmente enviado pelo governo, foi considerado uma vitória para Haddad, que trabalhou para deixar o texto com o menor impacto possível aos cofres públicos.

De acordo com parlamentares que acompanharam as negociações, Haddad também cedeu após reclamações de ministros de outras pastas, ligadas a áreas de turismo e eventos, que não teriam sido consultados quando o ministro da Fazenda decidiu acabar com o benefício.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/04/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

SENADO APROVA PROJETO DO PERSE APÓS RELATORA CEDER À FAZENDA E RETIRAR CORREÇÃO PELA INFLAÇÃO

Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) atende pedido de Haddad e retira correção pela inflação do programa, que custará R\$ 15 bilhões até 2026; texto vai à sanção presidencial

Por Gabriel Hirabahasi (Broadcast), Iander Porcella (Broadcast), Giordanna Neves (Broadcast) e Mariana Carneiro

BRASÍLIA – O Senado aprovou nesta terça-feira, 30, em votação simbólica, o projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O texto segue à sanção presidencial.

Após apelo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a relatora do projeto de lei, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), decidiu manter o mesmo texto aprovado na Câmara dos Deputados. A primeira versão do relatório de Daniella continha duas principais mudanças: uma que corrigia o valor total de benefício do Perse, de R\$ 15 bilhões até 2026, pela inflação – o que aumentaria o custo fiscal do programa; já a outra impedia que empresas com liminares favoráveis na Justiça tivessem acesso aos benefícios.

A senadora e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), reuniram-se nesta terça-feira, 30, com Haddad e com o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan. “Houve um apelo do ministro Haddad com relação ao impacto fiscal, porque isso daria um impacto maior, a correção pela inflação”, disse Daniella, no Senado.



Relatora Daniela Ribeiro atende pedido de Haddad e retira correção pela inflação do programa, que custará R\$ 15 bi até 2026. Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Segundo o especialista em contas públicas Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, o acréscimo da correção anual pela inflação elevaria o custo do Perse em R\$ 1,5 bilhão até o fim de 2026, se o início considerado for abril deste ano.

“É um custo relativamente pequeno, em termos de tamanho no Orçamento, mas seria uma sinalização ruim em termos de capacidade do governo de promover o ajuste mexendo com benefícios tributários”, afirma Sbardelotto.

O texto aprovado na Câmara prevê que 30 atividades tenham acesso ao programa. A Fazenda queria, inicialmente, reduzir a lista de 44 para 7, mas foi vencida. O Perse foi criado em 2021, durante a pandemia de covid-19, para socorrer empresas de eventos com dificuldades financeiras, em razão da interrupção de atividades durante a quarentena.

O governo tentou extinguir os benefícios, alegando que as empresas já se recuperaram do período de baixa, mas enfrentou resistência do Congresso, que decidiu dar um fim gradual aos incentivos. Durante as negociações, porém, por pressão da Fazenda, a Câmara concordou em limitar os custos do Perse em R\$ 15 bilhões até 2026.

A dificuldade do governo em acabar com o Perse ocorre num momento em que estão mais limitadas as opções de Haddad para elevar a arrecadação e, com isso, tentar zerar este ano o déficit nas contas públicas em 2024. Depois de ter conseguido aprovar, no ano passado, medidas como a tributação dos fundos dos “super-ricos” e em paraísos fiscais (offshore), o chefe da equipe econômica tem encontrado mais resistência para avançar com a agenda arrecadatória.

Na semana passada, o governo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) em que alegou inconstitucionalidade da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia que mais empregam e de municípios. O fim desses benefícios estava previsto na mesma Medida Provisória (MP) do Perse, mas também gerou resistência no Congresso. Por isso, os assuntos foram encaminhados ao Congresso via projetos de lei.

Na sexta-feira, 26, Pacheco informou que o Senado apresentou recurso ao STF e disse que havia recebido a ação do governo com “perplexidade” – a prorrogação da desoneração da folha foi aprovada pelo Congresso com ampla maioria nas duas Casas. Mas o governo alega que não há previsão orçamentária para a despesa.

Em meio à crise, nesta quarta-feira, 30, o presidente Lula indicou o advogado Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, que tinha o apoio de Pacheco, para a vaga aberta no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/04/2024

EDGE GROUP, GIGANTE DO SETOR MILITAR DOS EMIRADOS ÁRABES, COMPRA SEGUNDA EMPRESA NO BRASIL

Grupo adquiriu 51% da Condor, de armas não letais, e pretende fazer novas compras; plano é transformar o País num polo de exportação de armamentos

Por Beatriz Bulla

A Edge Group, estatal do setor de defesa dos Emirados Árabes, assinou nesta terça-feira, 30, em São Paulo, a compra de 51% da Condor, empresa sediada no Rio de Janeiro. Presente em mais de 85 países, a Condor é a principal produtora mundial de gás lacrimogêneo e líder em outros produtos não letais militares, de defesa civil e segurança pública. A Condor é também a empresa com maior portfólio mundial de NTL, sigla em inglês para tecnologias não letais, com mais de 160 produtos como munições de borracha, granadas de fumaça, sprays e câmeras corporais com reconhecimento facial.

Com a aquisição, a Edge, que vem ampliando participação no Brasil, pretende se tornar líder global no segmento de segurança e defesa e entrar em novos mercados, especialmente nos Estados Unidos. Esta é a segunda empresa brasileira comprada pela Edge, que tem mantido conversas com ao menos outras duas companhias no País. A intenção da estatal árabe é transformar o Brasil em um polo de exportação de armamentos.

Criada em 2019, a companhia tem um plano agressivo de crescimento e internacionalização, na qual coloca o Brasil como essencial. Desde sua criação, a Edge aumentou suas exportações em 300%, tem US\$ 5 bilhões em negócios, presença em 30 países e fica entre as 25 maiores do setor. A meta da empresa árabe é figurar entre as 5 maiores do setor.

“Ao longo dos anos, o Brasil estabeleceu uma indústria de alta tecnologia muito boa. A Condor fez um trabalho muito bom, mas tem a desvantagem de ter outras regiões muito distantes”, afirma Hamad Al Marar, diretor geral e CEO do Grupo EDGE, em entrevista ao Estadão.



Da esquerda para a direita, o embaixador dos Emirados Árabes Unidos no Brasil, Saleh Ahmad Salem Alzaraim Alsuwaidi; o diretor geral e CEO do Grupo EDGE, Hamad Al Marar; Carlos Erane de Aguiar, fundador da Condor e que assumirá como novo presidente; Frederico Aguiar, atual presidente da Condor; durante assinatura da compra de 51% da Condor pelo Edge Group. Foto: Martin Ivo Vassilev/Divulgação Edge Group

Ele cita, por exemplo, o Oriente Médio e a África na dificuldade logística da Condor, sediada no Brasil. Por isso, diz ele, a parceria com a Edge é uma maneira de fazer a empresa alcançar novos mercados.

“Entendemos que essa parceria com o grupo EDGE vai impulsionar as duas empresas a expandir a participação de mercado em diferentes segmentos de NLT e entrar em novos mercados

estrategicamente importantes, como os Estados Unidos”, afirma Carlos Erane de Aguiar, fundador da Condor.

O mercado de armas não letais, que valia US\$ 6 bilhões em 2023, é considerado por ele como “bastante promissor”.

Ele afirma que a companhia não deixará de ser uma empresa estratégica de defesa nacional, pois vai manter a governança brasileira. Aguiar será o presidente da Condor após o negócio com a Edge. “Isso por si só não se configura como uma compra tradicional. Entendemos que essa parceria marca uma busca conjunta por inovação contínua e novos mercados na América Latina, EUA e outras partes do mundo”, diz Aguiar.



Marcos Degaut (esq), diretor da Edge Brasil e Rodrigo Torres, diretor financeiro - Foto: Daniel Teixeira/Estadão Foto: Daniel Teixeira/Estadão

A Edge Group, estatal de tecnologia avançada para o setor de defesa, mira uma expansão, através do País, de sua participação na América Latina e também na África. Atualmente, o Brasil investe cerca de 1,2% do seu PIB em defesa. O número é considerado baixo por especialistas da área.

Em setembro do ano passado, a Edge comprou pouco menos de metade do capital da brasileira Siatt (Sistemas Integrados de Alto Teor Tecnológico). Quatro meses depois, a empresa brasileira do setor de defesa anunciou investimentos de R\$ 3 bilhões para a montagem de uma fábrica de 7 mil metros quadrados, próxima à Rodovia Dutra, em São José dos Campos (SP), para a produção de armamentos de alta complexidade. A Edge firmou acordo com a Marinha brasileira para produzir mísseis anti-navio de longo alcance. A partir da parceria com a Marinha e da compra da Siatt, a ideia do grupo árabe é competir com os franceses, que produzem mísseis com alcance de 200 quilômetros. O governo dos Emirados Árabes já encomendou US\$ 350 milhões em mísseis, que devem ficar prontos a partir de 2026.

A previsão da Edge é de que o míssil brasileiro seja mais barato do que o francês e conquiste mercados como Peru, Equador, Egito, Indonésia e Angola. Com isso, o potencial de faturamento anual da SIATT, na leitura de executivos do grupo Edge, deve chegar a algo entre R\$ 200 milhões e R\$ 300 milhões.



Uso de gás lacrimogêneo em São Paulo Foto: Marcio Fernandes/AE

A empresa abriu, em Brasília, o primeiro escritório para América Latina, chefiado por Marcos Degaut, que foi secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa do governo Bolsonaro. O CFO Global da Edge é também um brasileiro, Rodrigo Torres. Fundada em 2019, a empresa tem avançado na estratégia de internacionalização nos últimos dois anos. No início, a Edge Group tinha 25 empresas. Hoje, tem 42. Nos últimos 12 meses, o grupo adquiriu 13 empresas fora

dos Emirados.

O setor de defesa dos Emirados Árabes vê no País o potencial de adquirir empresas com tecnologia e operação já avançada e sem entraves existentes para exportação em outros locais. O grupo Edge também avalia nos bastidores que produzir no Brasil é interessante também pela “independência

tecnológica” do País, que não estabelece o mesmo nível de controle para produção e exportação como outros países, como a França.

Aguiar, da Condor, afirma que o setor de defesa brasileiro precisa de suporte governamental e privado. “Já é uma discussão antiga a necessidade de rever a folha de pagamento do Brasil com defesa e o baixo investimento em tecnologia e inovação. Portanto, entendemos que essa união com os Emirados Árabes e o Grupo EDGE beneficiará todo o ecossistema de defesa e segurança pública no Brasil”, diz.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 30/04/2024

HADDAD DIZ QUE DEVE SE REUNIR COM SETORES E MUNICÍPIOS AFETADOS PELA DESONERAÇÃO

Segundo ele, já há reunião marcada para semana que vem para discutir o assunto; Pacheco também cobrou o governo federal para negociar com empresas e prefeitos

Por Redação

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira, 30, em São Paulo, que deve se reunir com setores e municípios afetados pela desoneração para discutir alternativas. Segundo ele, já há reunião marcada semana que vem com o governo federal para discutir o assunto.

“Isso é o que desejamos desde outubro, que é fazer um balanço do que é possível. Lembrando que qualquer que seja a decisão e o custo tributário que vai ter, será necessário tomar medidas compensatórias, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal.” Haddad destacou que é preciso tomar todo o cuidado para calibrar essas medidas de maneira que possa reparar aquilo que não estava previsto no orçamento no ano passado.

Mais cedo o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, cobrou o Palácio do Planalto de negociar o assunto com os setores da economia afetados e com os municípios. “O que nos cabe agora é aprofundar o diálogo com interessados”, afirmou ele. Pacheco defendeu que a discussão dos projetos em tramitação na Câmara dos Deputados possa ser um caminho possível. Também alegou não ter sido procurado por integrantes do governo desde o fim da última semana para discutir o assunto.



Fernando Haddad agradece Lira e Pacheco na aprovação do Perse Foto: Wilton Junior/ Estadão

Pacheco voltou a comentar a decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores e de municípios. Ele disse que o protocolo da ação por parte da Advocacia-Geral da União (AGU) “foi um erro primário que poderia ser evitado” e “gera crise de confiança” do governo com o Congresso.

Perse

Na entrevista concedida em São Paulo, Haddad também agradeceu aos presidentes da Câmara Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por terem aprovado a restrição ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que o coloca dentro do Orçamento aprovado no ano passado.

De acordo com ele, o programa estava com um volume de renúncias entre R\$ 13 bilhões e R\$ 25 bilhões e agora está em torno de R\$ 5 bilhões por ano. “Então isso coloca o Perse de acordo com o Orçamento aprovado em 2023 para 2024. Ao contrário do que as manchete colocam, de que Câmara

e Senado aprovam gastos, desta vez foi ao contrário. Eu agradeço tanto o Arthur Lira quanto ao Rodrigo Pacheco, que disciplinaram e moralizaram um programa que estava dando muito problema não por conta do Congresso, mas porque o desenho permitia que ele fosse burlado e isso foi definitivamente corrigido”, explicou o ministro.

Para Haddad, agora todas as empresas terão de se habilitar e, ao ser feita essa habilitação, elas passam a consumir o crédito que o programa prevê até o final de 2026. “Então hoje o programa é bem desenhado, com os filtros e as salvaguardas necessárias para que não haja nenhuma extrapolação da renúncia prevista quando da implementação do programa. Muito importante registrar isso”, afirmou Haddad.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 30/04/2024

QUEM É O CORONEL QUE CONQUISTOU TARCÍSIO, GANHOU PODER E HOJE CONTROLA A AGENDA DO GOVERNADOR DE SP

Estrutura e cargo não existem oficialmente, mas André Porto Rodrigues, amigo do governador há quase 40 anos, comanda agenda e cerimonial no Palácio dos Bandeirantes

Por Pedro Augusto Figueiredo

Assessor especial de Tarcísio de Freitas (Republicanos), o coronel da reserva do Exército André Porto Rodrigues conquistou espaço nos últimos dois meses na administração estadual e passou a se autodenominar “chefe do gabinete pessoal do governador”. O cargo não existe oficialmente, mas, na prática, ele comanda o cerimonial do governo, controla a agenda de compromissos e quem entra e quem sai da sala do chefe do Executivo estadual.

As novas atribuições de Porto, que despacha de uma sala próxima à do governador no Palácio dos Bandeirantes, eram desempenhadas pela Casa Civil, chefiada por Arthur Lima (PP). O secretário tem sido alvo de fritura de aliados de Tarcísio, que questionam o desempenho dele à frente da pasta e pressionam por uma troca.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tentou substituir Lima pelo senador Ciro Nogueira (PP), como mostrou o jornal O Globo e confirmou o Estadão, mas a mudança não se concretizou. Apesar disso, foi o próprio Tarcísio quem decidiu retirar parte dos poderes do secretário e transferi-los para seu “gabinete pessoal” sob o comando do coronel.

Em nota, o governo de São Paulo buscou separar as funções de Porto e da secretaria chefiada por Lima. Argumentou que um cuida da assessoria pessoal de Tarcísio e o outro responde pelo assessoramento técnico.



“André Porto é assessor especial do governador e exerce funções de assessoria e assistência pessoal ao chefe do Executivo paulista, incluindo a supervisão das equipes responsáveis pela agenda e cerimonial do gabinete pessoal do governador. Cabe à Casa Civil, prioritariamente, a coordenação intersecretarial dos programas de governo e assessoramento técnico e legislativo do governador”, disse o Palácio dos Bandeirantes. O Estadão tentou uma entrevista com o coronel, mas o pedido foi negado.

Coronel Porto presta continência ao governador Tarcísio de Freitas, após os dois serem homenageados pela Sociedade Amigos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo Foto: @coronelandre.porto via Instagram

Nos bastidores, integrantes do governo minimizam a ascensão de Porto e negam uma disputa por espaço entre ele e Arthur

Lima sob o argumento de que eles são amigos há décadas. O secretário da Casa Civil também protagoniza uma disputa por espaço e influência nos rumos da gestão com o secretário de Governo, Gilberto Kassab (PSD).

Porto, Lima e Tarcísio se conhecem há décadas. Os três são da turma de 1996 da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), conhecida como Turma do Bicentenário da Inconfidência Mineira. Antes disso, estudaram juntos na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx).

Coronel Porto mantém pouco contato com deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), mas ajuda o governo em outras articulações quando necessário. Ele foi assessor parlamentar do gabinete do Comandante do Exército em Brasília entre 2021 e 2022 e também comandou um regimento de cavalaria mecanizada em São Borja (RS).

“Nós criamos o gabinete pessoal do governador, e eu, atualmente, sou o chefe do gabinete pessoal do governador. Nós estamos trabalhando nas agendas dele, na parte do cerimonial, em outras questões, nos contatos, nas conversas”, disse Porto em uma entrevista ao podcast PodFull, no final de fevereiro.



Secretário Arthur Lima, governador Tarcísio de Freitas e coronel Porto são da mesma turma da Aman Foto: @coronelandre.porto via Instagram

Antes de ir para o governo paulista, o coronel trabalhou no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governo Bolsonaro, onde atuou na coordenação de eventos e das viagens nacionais e internacionais do ex-presidente.

Ele antecipou sua passagem para a reserva e deixou a ativa no dia 2 de março de 2023, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No dia seguinte, foi exonerado do GSI, nomeado por Tarcísio como assessor especial com designação para chefiar, com status de secretário, a Gerência de Apoio do Litoral Norte.

O órgão foi criado de forma temporária para coordenar a resposta do Estado às fortes chuvas que causaram mortes e desabamentos em São Sebastião no início do ano passado. A Gerência de Apoio do Litoral Norte encerrou suas atividades no início de março.

Segundo o próprio Porto, o Exército demora de 40 a 45 dias desde a entrada da documentação para transferir um oficial para a reserva até ele estar apto a exercer funções fora das Forças Armadas. No caso do coronel, o período foi abreviado para apenas um dia por causa de uma articulação feita por Tarcísio com o comandante do Exército, Tomás Paiva.

Há a expectativa de que o coronel seja oficializado em breve como chefe de gabinete do governador, cargo que hoje não existe. O governo não respondeu quando a função será criada.

“O coronel André Porto é um amigo de quase 40 anos”, disse Tarcísio em uma cerimônia no início de fevereiro que entregou moradias para as famílias que foram afetadas na cidade. “O Porto era esse gerente que me dava informação, que trazia os relatos para mim e me ajudava a tomar decisão. (...) Vai para outra missão, vai ficar comigo lá em São Paulo agora”, continuou o governador.

A turma de Tarcísio, Porto e Lima na Aman tem outros egressos que entraram na política ou ganharam evidência no noticiário nos últimos anos. O coronel Jean Lawand Júnior, que enviou mensagens ao então ajudante de ordens Mauro Cid pedindo que Bolsonaro desse um golpe de Estado após o segundo turno da eleição de 2022, foi o aluno com melhor desempenho da classe.

Wagner Rosário, controlador-geral do Estado de São Paulo, chamado pelo apelido Dag no meio militar, também foi colega de Tarcísio na Aman. Chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) no governo Bolsonaro, Rosário participou da reunião ministerial de teor golpista em julho de 2022 e defendeu uma força-tarefa entre a CGU, a Polícia Federal e as Forças Armadas para auditar as urnas eletrônicas. O vídeo do encontro foi encontrado pela PF no computador de Cid.

No fim de 2021, houve uma festa para comemorar os 25 anos de formatura da turma. Tarcísio, Arthur Lima e Rosário não participaram das festividades. Entre os nomes mais conhecidos estiveram presentes apenas o deputado federal Luciano Zucco (PL-RS), outro integrante da classe de 1996, e o coronel Porto, a quem coube descerrar a placa que registrou o encontro.

“A placa desse ano foi construída pelo nosso ‘01’, nosso amigo coronel Lawand”, disse o chefe de gabinete de Tarcísio na ocasião. A declaração foi registrada em um vídeo da cerimônia, que está publicado no YouTube. “Quem somos nós para melhorar algo que o Lawand escreveu, mas demos uma pequena ajustada até pelo tamanho (da placa)”, continuou Porto.

A inscrição na placa diz: “Após 25 anos de nossa passagem pelo Portão Monumental, retornamos com a mesma vibração, o mesmo entusiasmo e os mesmos valores que nortearam nossas vidas profissionais, reafirmando nosso compromisso com o Exército e nosso amor ao Brasil. Agulhas Negras, 18 de dezembro de 2021”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 30/04/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

GOVERNO INVESTIGA DUMPING EM EXPORTAÇÕES CHINESAS PARA O BRASIL DE PIGMENTOS DE DIÓXIDO DE TITÂNIO

Solicitação de investigação foi protocolada em 30 de janeiro pela empresa Tronox Pigmentos do Brasil

Por Estevão Taiar, Valor — Brasília



Porto em Xangai, China — Foto: Nelson Ching/Bloomberg

O governo federal iniciou nesta terça-feira (30) investigação “para averiguar a existência de dumping nas exportações da China para o Brasil de pigmentos de dióxido de titânio, do tipo rutilo”, e de “dano à indústria doméstica decorrente de tal prática”. A decisão foi publicada em circular, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), no Diário Oficial da União (DOU).

Na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), o produto corresponde ao número 3206.11.10.

A solicitação de investigação foi protocolada em 30 de janeiro pela empresa Tronox Pigmentos do Brasil.

“A análise dos elementos de prova de dumping considerou o período de outubro de 2022 a setembro de 2023”, diz a pasta. “Já o período de análise de dano considerou o período de outubro de 2018 a setembro de 2023.”

Segundo o Mdic, “as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), os elementos de prova que considerem pertinentes”.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 30/04/2024

ESG DÁ ASAS PARA QUEM SABE, E PRECISA, VOAR

Neste artigo, Roberta Andreoli, sócia do Leal Andreoli Advogados e presidente da Comissão Especial de Direito Aeronáutico da OAB-SP, discorre sobre a desigualdade de gênero na aviação e soluções para mudar esse quadro

Por Roberta Andreoli, Para o Prática ESG (*) — São Paulo



Roberta Andreoli é sócia do Leal Andreoli Advogados e presidente da Comissão Especial de Direito Aeronáutico da OAB-SP — Foto: Arquivo Pessoal

Aumento de produtividade, ambientes mais inovadores, competitividade, resolução criativa de problemas, tomadas de decisão mais assertivas. Esses são apenas alguns dos benefícios da Diversidade, Inclusão & Equidade em empresas.

Para a sociedade, o ganho está no bem-estar coletivo, maior intercâmbio de ideias e culturas, redução de disparidades e desenvolvimento econômico.

Neste jogo de ganha-ganha, a aviação não paira no ar. Tanto que, embora ainda seja um setor dominado por homens heteros brancos, investe cada vez mais em políticas e ações para ampliar a presença de mulheres, negros, pessoas com deficiência e LGBTQIAP+.

Quem pertence a esses grupos de minorias, conhece o medo desencadeado por múltiplas possibilidades de opressão. Por tal motivo, é importante falar sobre o assunto e agir a fim de combater as disparidades.

Não nos é desconhecida a existência de casos, a bordo de aeronaves ou em aeroportos, de mulheres sofrendo, principalmente, assédio sexual e pessoas negras vítimas de racismo.

Apesar do caldo cultural contemporâneo proteger um perfil em detrimento de muitos outros, a população minorizada - e aliados simpatizantes - vem rompendo com o silêncio e cobrando medidas para que a coexistência seja respeitosa e digna.

Como o acirramento dessas violências está intimamente ligado à falta de letramento e de minorias sociais atuando no setor, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) lançou, em abril, o Asas Para Todos, instituído pela Portaria nº 13.393/2024: programa, composto por 15 projetos, voltado ao fomento da Diversidade e Inclusão, Mulheres na Aviação e à capacitação e formação profissional na aviação civil brasileira.

A bem-vinda iniciativa do órgão regulador, que tem acordo de colaboração técnica com o Ministério de Portos e Aeroportos, Ministério do Turismo, Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e conta com a adesão, via celebração de protocolo de intenções, da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), ABR, Azul, EMBRATUR, IAWA, INFRAERO, ALTA, GE Aerospace e EMBRAER, é pautada por três eixos: inclusão de gênero, Inclusão & Diversidade e formação e capacitação.

A ideia é, de fato, tornar a aviação - principal porta de entrada ao território brasileiro - mais parecida com o próprio país, ou seja, plural.



Para isso, muitos pilares, que até aqui estruturaram a homogeneidade do setor, precisarão ser reconstruídos, dessa vez com uma visão social mais consciente e igualitária.

Se a indústria aeronáutica nacional, a exemplo de muitos outros segmentos dominados pela presença masculina, tem poucos espaços ocupados por mulheres, não é por falta de ambição ou qualificação delas. A verdade é que a construção social do feminino, às voltas com diferentes sexismos, tenta aprisioná-las mediante violência de gênero, restringindo suas escolhas e as afastando de muitas atividades profissionais.

Além de pouco estimuladas a competir com homens por posições historicamente concedidas, a parcela feminina ainda precisa considerar as restrições e obstáculos que lhe serão impostos pela desigualdade: preconceitos e hostilizações do mercado, sobrecarga, desvalorização do trabalho, baixas perspectivas de crescimento, salários menores.

O resultado não poderia ser diferente: no Brasil, apenas 3,2% dos pilotos, 2,4% mecânicos de manutenção aeronáutica, 18,9% dos despachantes de voo e 10,6% dos engenheiros são mulheres, de acordo com a ANAC.

No panorama global, de acordo com a International Air Transport Association (IATA), apenas 6% delas ocupam cadeiras de CEO e 13% cargos executivos.

O mercado, que já é pequeno para profissionais brancas, é ainda menor para as negras. A Organização Quilombo Aéreo e a UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), por exemplo, demonstraram que não existem mulheres pilotos negras operando em linhas áreas nacionais.

Importante reiterar que esses dados não são fruto, como crê o senso comum, de baixa aptidão feminina ou de uma suposta afinidade biológica com o trabalho doméstico e atividades ligadas ao cuidado.

As razões que desestimulam sua concentração feminina no setor são outras, como falta de informação sobre a carreira, baixa representatividade, tratamento discriminatório, processos seletivos desiguais, machismo e assédio.

Outra barreira é a pauperização. Em 2022, de acordo com o IBGE, 32,3% da população feminina vivia abaixo da linha da pobreza e 6,1% era considerada extremamente pobre. Já a taxa entre mulheres e homens pretos e pardos no último país a abolir a escravidão, foi de, respectivamente, 41,3% e 38,6%.

Como poderia essa parcela precarizada ingressar em uma carreira de custos elevados? O valor, por exemplo, para formação e licença de pilotos privados é de cerca de R\$ 45 mil e para comerciais de R\$ 120 mil.

Acreditamos que com o reforço do Asas para Todos, esse cenário está prestes a virar uma chave definitiva.

O projeto, além de fomentar o ingresso de grupos minoritários - entre outras ações, com bolsas de formação e cotas femininas - vai investir no letramento de gênero e de raça, capacitando profissionais do setor no atendimento igualitário e respeitoso a passageiros, dentre outros.

Uma vez que a composição hegemônica da aviação não é um fato natural, mas um dado histórico, estruturado a partir do alicerce misógino da nossa sociedade, políticas públicas de fomento da inclusão são um dos principais agentes de transformação.

A expectativa, agora, é pela efetividade da iniciativa da ANAC e demais envolvidos, e que, aliada à crescente mudança da mentalidade social, possam contribuir para a construção de um projeto de

nação inclusivo e igualitário em que, de fato, todos tenham asas para voar na direção de seus sonhos e realizações.

Sobre a autora

Roberta Andreoli é sócia do Leal Andreoli Advogados e presidente da Comissão Especial de Direito Aeronáutico da OAB-SP

(*) Disclaimer: Este artigo reflete a opinião do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 30/04/2024

LULA DEVE ANUNCIAR R\$ 18 BI EM INVESTIMENTOS EM 5 ÁREAS DO NOVO PAC

Informação foi dada pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, na Comissão de Infraestrutura do Senado nesta manhã

Por *Mariana Assis, Valor — Brasília*



— Foto: *Gesival Nogueira Kebec/Valor*

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta terça-feira (30) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar nos próximos dias R\$ 18 bilhões em investimentos em cinco áreas do novo Programa de Aceleração e Crescimento (PAC). Os recursos, no âmbito do PAC Seleções, irão para renovação de frotas, urbanização de favelas, regularização fundiária, contenção de encostas e abastecimento de água rural.

A afirmação foi feita na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado. Rui Costa está no local nesta manhã apresentando dados do novo PAC - lançado em agosto de 2023.

Segundo o ministro, o volume total de investimentos deve alcançar R\$ 1,7 trilhão. A maior parte provém de recursos privados (R\$ 632 bilhões).

Dentre os nove eixos do novo PAC, o mais turbinado é o de Cidades Sustentáveis e Resilientes, com R\$ 601,1 bilhões. Além disso, segundo o ministro, os investimentos devem gerar 2,5 milhões de postos de trabalho diretos e 1,5 milhão de indiretos.

Leilões

O ministro da Casa Civil afirmou ainda que estão previstos 13 leilões no âmbito das concessões rodoviárias neste ano, que devem gerar R\$ 122 bilhões em investimentos. Em janeiro, o ministro dos Transportes, Renan Filho, havia indicado essa intenção.

Segundo Costa, a estratégia usada em um leilão no Paraná deve ser replicada nos demais leilões. "Ao invés de pedir uma outorga alta, nos focamos que a outorga iria constituir um fundo garantidor daquele projeto, portanto, o recurso ficaria vinculado àquele projeto", explicou. "Se ao longo da execução tivessem problemas, aquilo serviria para repor investimentos não realizados pelo setor privado", acrescentou o ministro.

Em outro cenário, "se o privado fizer investimentos, aquele valor pode ser utilizado no futuro para amortizar valor de tarifa". O ministro também informou que estão sendo avaliados 21 trechos para leilões em 2025 e 2026.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 30/04/2024

SUSPENSÃO DA DESONERAÇÃO CRIOU 'LIMBO JURÍDICO' PARA EMPRESAS

Para representantes dos segmentos, a decisão é prejudicial em um momento em que as companhias já haviam elaborado seus orçamentos com base na prorrogação do programa

Por Valor



**Construção também é um dos setores atingidos —
Foto: Foto: Julio Bittencourt**

A suspensão de trechos da lei que regulamenta a desoneração da folha de pagamento para 17 setores intensivos em mão de obra criou um “limbo jurídico” para empresas atingidas pela medida. Na avaliação de representantes dos segmentos, a decisão é prejudicial pois cria incertezas, em um momento em que as companhias já haviam elaborado seus orçamentos com base na prorrogação do programa.

Na semana passada, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a um pedido do governo e suspendeu trechos da lei que prorrogou a desoneração para os setores e instituiu medida semelhante para pequenos municípios. Quatro ministros o acompanharam na decisão. O ministro Luiz Fux pediu vista e interrompeu o julgamento no plenário virtual. Enquanto isso, a liminar segue em vigor - ou seja, a desoneração está suspensa.

A lei contestada pelo Executivo foi aprovada pelo Congresso no ano passado. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou o texto, mas, posteriormente, parlamentares derrubaram a decisão presidencial e promulgaram a nova legislação.

Por isso, companhias se programaram de acordo com a legislação duplamente referendada no Legislativo e que, agora, volta a ser contestada no Judiciário.

O modelo de desoneração é o de substituição tributária, mais adequada a segmentos intensivos em mão de obra. Nele, segmentos podem substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre salários por alíquota que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Os setores atingidos pelo empregam cerca de 9 milhões de pessoas.

Segundo a Receita Federal, a cobrança dos tributos que incidem sobre a folha começa a valer imediatamente, a partir da liminar. Na interpretação do Fisco, não há anterioridade anual ou nonagesimal em declaração de inconstitucionalidade, mesmo em liminar “ex nunc”, hipótese levantada por alguns tributaristas. Quando há uma liminar “ex nunc”, caso do processo da desoneração, a decisão vale daquele momento da liminar em diante, não para o passado.

**“Estaremos todos inadimplentes, caso perdure esta decisão?”
— Vivien Suruagy**

“A decisão gerou completa insegurança jurídica. Estaremos todos inadimplentes, caso perdure esta decisão?”, questiona Vivien Suruagy, presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra).

Já a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) estima que a suspensão reduzirá a produção em mais de 20% (cerca de 150 milhões de pares a menos), além da demissão de cerca de 30 mil pessoas em dois anos.

No campo político, a medida acirrou atritos entre Poderes. O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), foi ao Supremo questionar a decisão. Nessa segunda-feira, o ministro da

Fazenda, Fernando Haddad, negou que o episódio crie conflito com parlamentares. “Não temo, porque tem dado muito resultado o nosso diálogo com o Congresso e com o Judiciário”, disse. “O Pacheco segue sendo um aliado”, completou o ministro. (Colaborou Jéssica Sant’Ana) .

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/04/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

DINO ANTUNES É OFICIALIZADO SECRETÁRIO NACIONAL DE HIDROVIAS E NAVEGAÇÃO

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 30/04/2024 - 19:25



Divulgação MPor

Nomeação foi publicada nesta terça-feira (30) pela Casa Civil, que também designou Gabriela Coelho da Costa para secretária-executiva adjunta da Secretaria-Executiva do MPor

O governo oficializou Dino Antunes Dias Batista como secretário nacional de hidrovias e navegação, pasta recém criada e que está vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (30). Batista atualmente ocupava o cargo de diretor de navegação e hidrovias do ministério. A SNHN foi criada por meio de decreto, que começou a vigorar na última segunda-feira (29).

A Casa Civil também designou Gabriela Coelho da Costa para função de secretária-executiva adjunta da Secretaria-Executiva do MPor. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, designou ainda Tetsu Koike para o cargo de diretor de programa da secretaria-executiva do MPor e nomeou Helena Mulim Vanceslau para função de diretora de programa da secretaria-executiva do ministério.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/04/2024

BR DO MAR DEVE PRIORIZAR AFRETAMENTO DE 'EMBARCAÇÕES VERDES'

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 30/04/2024 - 19:12



Divulgação

Dino Antunes disse que medida a ser aplicada na modalidade a tempo consta na minuta do decreto que regulamentará o programa e que está para ser publicado

O secretário nacional de hidrovias e navegação do Ministério de Portos e Aeroportos (SNHN/MPor), Dino Antunes, disse, nesta terça-feira (30), que a minuta do decreto que regulamentará a Lei 14.301/2022 (BR do Mar) determinará o afretamento de embarcações sustentáveis pelas empresas brasileiras de navegação (EBNs) habilitadas no programa de cabotagem. A expectativa da pasta é que esse decreto seja publicado em breve.

“Dentro das análises feitas pelo mercado em relação aos afretamentos, entendemos que deveriam ser feitos incentivos adequados dentro da regulamentação da lei 14.301 para que embarcações

compreendidas no programa BR do Mar fossem embarcações sustentáveis e incluímos na minuta de decreto que está para ser publicado regras que trazem esse incentivo para que empresas façam afretamento a tempo com embarcações”, revelou Antunes, durante o segundo dia do seminário ‘Transição Energética no Mar: Desafios e Oportunidades para o Brasil’, promovido pelo BNDES, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ).

Antunes disse que o ministério, gestor do Fundo da Marinha Mercante (FMM), vem discutindo formas de alterar as regras gerais do fundo setorial (resolução Conselho Monetário Nacional) para oferecer condições mais adequadas para embarcações ditas ‘verdes’. Ele destacou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal agente do FMM, já começou a fazer operações utilizando o fundo com regras ou taxas mais adequadas a embarcações sustentáveis. A avaliação é que o financiamento do FMM é um dos instrumentos que o MPor dispõe para trazer esse tipo de incentivo.

O secretário observa iniciativas de descarbonização em todos os segmentos da navegação. Ele citou exemplos de embarcações que estão indo por esse caminho, começando a adotar tecnologias mais sustentáveis, como no apoio marítimo, com projeto de PSVs (transporte de suprimentos) verdes com motorização híbrida, multicomcombustível. Antunes também mencionou que, em breve, deve haver um anúncio de comboios fluviais empurrados com embarcações elétricas. No apoio portuário, ele disse que existem ações sendo feitas para eletrificação da frota. “Existe uma busca muito clara e constante das empresas, há alguns anos, pela descarbonização”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/04/2024

PETROBRAS AVALIA PROJETO PARA EXPORTAÇÃO DE ‘METANOL VERDE’ PARA NAVIOS

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 30/04/2024 - 17:38



Cris Vicente/Divulgação FGV

Diretor de transição energética da companhia, Maurício Tolmasquim, disse que empresa analisa oportunidades para produto sintético a ser gerado a partir de um processo entre hidrogênio verde e CO2 biogênico proveniente de destilarias

A Petrobras avalia um projeto para exportação de metanol sintético, que será produzido a partir do hidrogênio verde (H2V) e de CO2 biogênico, sem origem fóssil, proveniente de destilarias. O diretor de transição energética da Petrobras, Maurício Tolmasquim, disse, nesta terça-feira (30), que a empresa tem expectativa positiva para essa solução, que está em análise e depende de janelas internas de aprovação. Ele contou que existe uma transportadora internacional interessada em adquirir o produto.

Tolmasquim explicou que o Brasil tem uma condição única porque o H2V é visto como muito competitivo, com potencial de ser produzido a baixo custo, além de uma grande fonte de CO2 que são as mais de 400 destilarias de açúcar e álcool que emitem CO2 biogênico, o que permitiria fazer a síntese do CO2 biogênico com o H2V para a obtenção do metanol.

“Como temos hidrogênio verde potencialmente barato e temos muitas destilarias, existe um grande potencial de produzir metanol para navios que tenham interesse nesse combustível”, afirmou Tolmasquim, durante o segundo dia do seminário ‘Transição Energética no Mar: Desafios e Oportunidades para o Brasil’, promovido pelo BNDES, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ).

Para poder contar com esse novo produto em seu portfólio, a Petrobras estuda a construção de uma planta de produção de hidrogênio verde associada e formas de canalizar o CO2 da destilaria para



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 036/2024
Página 57 de 57
Data: 30/04/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

produção do metanol. De acordo com Tolmasquim, essa planta deverá ser instalada em um local próximo do etanol e que conte com energia renovável, barata e abundante.

O diretor acrescentou que a Petrobras vem conversando com empresas que eventualmente possam ter interesse no 'metanol verde'. "Ainda é um produto mais caro, tem que ser um cliente que aceita pagar um prêmio pelo produto. Esse cliente geralmente está lá fora. Depois, quando ganhar escala e baratear, o mercado brasileiro tem um potencial enorme", analisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 30/04/2024



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 30/04/2024